



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA</b>			
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública Conjunta	<b>REUNIÃO Nº:</b> 0700/14	<b>DATA:</b> 27/05/2014	
<b>LOCAL:</b> Plenário 2 das Comissões	<b>INÍCIO:</b> 14h30min	<b>TÉRMINO:</b> 17h07min	<b>PÁGINAS:</b> 51

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**ANIVALDO DE MIRANDA PINTO** - Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco — CBHSF.  
**SAULO JOSÉ NASCIMENTO CISNEIROS** - Gerente Executivo do Núcleo Norte/Nordeste do Operador Nacional do Sistema Elétrico — ONS.  
**JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO** - Superintendente de Usos Múltiplos e Eventos Críticos da Agência Nacional de Águas — ANA.

**SUMÁRIO**

Esclarecimentos sobre os impactos da redução da vazão do Rio São Francisco a jusante da Barragem de Sobradinho, nos demais usos múltiplos das águas e no ecossistema fluvial.

**OBSERVAÇÕES**

Audiência pública com a participação da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.  
Houve exibição de imagens.  
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Boa tarde, senhoras e senhores, nós vamos iniciar os nossos trabalhos.

Declaro, portanto, aberta a presente reunião de audiência pública conjunta entre a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, destinada a debater os impactos da redução das vazões do Rio São Francisco, a jusante da Barragem de Sobradinho, nos demais usos múltiplos das águas e no ecossistema fluvial.

O requerimento para a realização deste evento nesta Comissão é de minha autoria juntamente com a de outros Deputados da Comissão da Amazônia.

Comunico a todos os presentes que este evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet, e poderá ser gravado pela *TV Câmara* para ser exibido na programação da emissora.

Portanto, seria importante que todas as pessoas, que ao longo desta audiência pública usassem da palavra, pudessem se identificar dizendo o seu nome, porventura o da entidade ou o do órgão que esteja representando.

Nós vamos compor a nossa Mesa e, em seguida, passar a palavra aos nossos convidados, num prazo limite de 20 minutos, que é o que prescreve o nosso Regimento Interno. E, após a manifestação dos convidados, nós vamos abrir os debates a quem dele queira participar.

Desde já, agradeço, em nome da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, a presença de cada um dos senhores aqui na nossa audiência.

Este tempo de 20 minutos, que será utilizado pelos nossos expositores, pode ser controlado por um cronômetro, que fica aqui a nossa esquerda. Claro que a Mesa não vai interromper a manifestação de ninguém. É apenas para balizar a utilização mais racional do nosso tempo e dar oportunidade para que todos que queiram se manifestar possam fazê-lo, com o objetivo de enriquecer os nossos debates.



Nesta audiência pública, nós estaremos também — é importante informar — promovendo um debate interativo por meio do portal e-Democracia, que é ferramenta interativa aqui da Câmara dos Deputados.

Portanto, nós poderemos receber também contribuições, perguntas e questionamentos feitos pelos nossos internautas. Os servidores desta Casa e da Comissão estarão encarregados de moderar essas perguntas junto ao público internauta.

Bom, sem maiores delongas, nós vamos aqui convidar a fazer parte da nossa Mesa o Sr. Anivaldo de Miranda Pinto, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; o Sr. Saulo José Nascimento Cisneiros, Gerente Executivo do Núcleo Norte/Nordeste do ONS — Operador Nacional do Sistema Elétrico; o Sr. Joaquim Guedes Corrêa Gondim Filho, Superintendente de Usos Múltiplos e Eventos Críticos da ANA — Agência Nacional de Águas.

Informo aos presentes também que, ao final desta audiência, poderão ser sugeridas proposições no sentido de dar continuidade ou algum encaminhamento que possa ser submetido à aprovação desta Comissão, numa reunião ordinária, no sentido de providências de qualquer natureza, órgãos do Governo, ou a outros debates que possam dar consequências a isso, ou alguma visita de expressão da Comissão. Enfim, há uma série de prerrogativas que o nosso Regimento faculta como consequência dos debates havidos.

Feitos esses esclarecimentos, passo a palavra ao Sr. Anivaldo de Miranda, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, para fazer as suas considerações.

**O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO - Boa tarde!**

Quero cumprimentar aqui o Deputado Arnaldo Jordy e agradecer o fato de a Comissão ter acolhido essa demanda para debate dessa questão relativa à redução das vazões. Cumprimento o Dr. Saulo, que representa aqui o Operador Nacional do Sistema Elétrico; o Dr. Joaquim Guedes, que representa a Agência Nacional de Águas. Quero, sobretudo, dar as boas vindas a todas as pessoas dos diferentes locais da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e seus afluentes, que vieram aqui para acompanhar o nosso debate. Inclusive, registro a presença do Dr. Wagner



Soares, Vice-Presidente do Comitê da Bacia, e, em nome dele, saúdo a todos os membros do colegiado.

Nós preparamos uma apresentação. Eu vou ficar em pé, porque talvez seja mais prático.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Bem, a nossa apresentação se refere aos impactos da redução de vazões no São Francisco e os usos múltiplos. Rapidamente, aqui está o mapa da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Nasce em Minas Gerais, na Serra da Canastra, e termina no Oceano, entre Alagoas e Sergipe, na área do Município de Piaçabuçu, onde está a foz do Rio. A área de drenagem do São Francisco corresponde a 636.920 quilômetros quadrados, engloba 504 Municípios e os Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal — o próprio Distrito Federal —, tem partes maiores, menores, diminutas, como é o caso de Goiás e do Distrito Federal. A população que a Bacia engloba é de 19 milhões de habitantes. Os principais biomas são a Mata Atlântica, o Cerrado e a Caatinga, representando esta grande heterogeneidade que é a Bacia.

Um breve histórico das reduções de vazões. A prática de reduções emergenciais de vazões nas hidrelétricas do Rio São Francisco para atender os objetivos do setor elétrico é recorrente desde 2001. A redução da vazão mínima de 1.300 para 1.100 metros cúbicos por segundo, em Sobradinho, e de 400 metros cúbicos para 200 metros cúbicos por segundo, em Três Marias, tem trazido grandes impactos ambientais, sociais e econômicos para os Municípios e para as comunidades do Baixo São Francisco. Não só do Baixo São Francisco. No caso de Três Marias, atinge todos os Municípios que estão a jusante daquela barragem e atinge também as comunidades do Submédio São Francisco, corrigindo a informação.

A situação crítica já tem provocado a reação de administrações municipais na região, inclusive impondo medidas judiciais de restrição à operação dos reservatórios, como no recente caso do Município de Pirapora, em Minas Gerais, que conseguiu uma liminar na Justiça, suspendendo por 30 dias, sendo passível de prorrogação por mais 30 dias, qualquer diminuição ulterior da vazante, a jusante de



Três Marias, porque a situação, por exemplo, do Município de Pirapora, o Prefeito classifica como de calamidade.

Bem, aqui estão algumas fotos, algumas delas inclusive são da lavra da CHESF — Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que tem acompanhado os impactos da redução de vazões. Só vou apresentar algumas para ilustrar o que nós vamos falar. Aqui, captação no Município de Belo Monte. Aquela marca ali é a situação normal do Rio. E, hoje, nós temos essa situação de penúria. Captação no Município de Pão de Açúcar, em Alagoas, dificuldades como todos estão vendo. Aqui, vista de estação de bombeamento do perímetro irrigado de Propriá. Aqui, Município de Traipu, em Alagoas, o testemunho de níveis de águas não mais ocorridos. Aqui, antiga captação de água em Traipu, testemunho da regularização do Rio. Banco de areia que se projeta a partir da Ilha dos Prazeres, consolidado em sua área descoberta, com vegetação estável e ocupações irregulares. Enfim, eu poderia mostrar aqui dezenas, centenas de fotos, mas o objetivo é apenas ilustrar o que nós vamos falar.

A perspectiva de evolução dos conflitos que isso causa. A situação pode se agravar. Eu não usei o termo deve se agravar, porque a imprevisibilidade climática é uma marca desse fenômeno, então pode se agravar. O Operador Nacional do Sistema Elétrico tem sinalizado à ANA a intenção de reduzir a defluência da unidade de Três Marias até para 150 metros cúbicos. Não o fez ainda, evidentemente, e Sobradinho, de 1.100 metros cúbicos — já está ali a redução de 200 —, e até já se especula a redução para 900 metros cúbicos por segundo. No contexto do nosso Comitê, nós até fazemos uma figuração dessa situação. Se chegarmos a isso, será uma verdadeira declaração de guerra na Bacia, porque os impactos disso já são violentos e seriam, então, trágicos.

No contexto dessa redução de conflitos, aparecem impasses. Impasses que não são somente do presente, mas, sobretudo, impasses para o futuro. A Bacia do São Francisco, principalmente do Rio São Francisco, já chegou ao limite da sua capacidade, digamos assim, de gerar energia sem prejudicar abertamente os demais usos múltiplos. Entretanto, as coisas ficam transcorrendo como se nós estivéssemos no melhor dos mundos. Então, projetos de toda ordem estão previstos.



O primeiro deles é o Corredor Multimodal do São Francisco, uma grande hidrovia que iria de Ibotirama, na Bahia, até o Polo de Petrolina e Juazeiro.

Todos sabem que para fazer uma hidrovia é necessária uma vazão mínima. Estão lá o Banco Mundial, o Governo Federal e vários Governos Estaduais, agências de fomento, de desenvolvimento planejando um corredor multimodal no Rio São Francisco. É uma grande ideia. A hidrovia é nove mais vezes barata do que o transporte rodoviário. Todos nós entendemos isso. Agora, você fazer um corredor multimodal no Rio São Francisco sem combinar evidentemente os termos desse jogo das vazões, seguramente nós estamos dando um salto no escuro.

Há outros projetos. Um deles é o projeto da transposição, que causou tanta polêmica. É hoje uma obra que está sendo encaminhada, apesar dos atrasos e todos os contras, mas vai chegar uma hora em que os canais da transposição vão funcionar. E aí temos o Canal Oeste, que é uma nova transposição que está pelo menos anunciada. Retirar-se-ia água do reservatório de Sobradinho para fazer uma transposição para o Estado do Piauí.

Outros grandes projetos dizem respeito aos perímetros irrigados, sobretudo no oeste da Bahia, onde há uma farra de outorgas e um uso absolutamente descontrolado dos aquíferos. Mas está lá, com perspectiva inclusive de expansão. Nada contra fazer agricultura ou qualquer outro uso, mas, evidentemente, a Bacia está precisando de certo freio de arrumação para que essas coisas sejam discutidas e melhor harmonizadas.

Existem projetos de pequenas centrais hidrelétricas, sobretudo nos grandes afluentes do São Francisco em Minas e na Bahia, irrigação intensiva de pivôs no oeste da Bahia, canais estaduais — alguns deles já começaram até a funcionar — e outras dezenas e dezenas de uso, sem falar em navegação, que estão evidentemente projetadas nesse contexto.

Diante disso, o que nós poderemos fazer? Cumprir os fundamentos da Lei nº 9.433, é evidente. Em nosso País as pessoas estão acostumadas com lei que só fica no papel, que não é colocada em prática. Nós não seríamos exceção no mundo dos recursos hídricos, mas a lei existe para ser cumprida. Um país que não tem Constituição que não seja respeitada não pode jamais pretender ter qualquer tipo de desenvolvimento ou grande protagonismo na situação do mundo de hoje.



Primeiro, a lei diz que a água é um bem de domínio público. Portanto, nenhum setor usuário pode se apropriar do uso exclusivo da água. Isto seria violar a legislação.

Segundo, a água é um recurso natural limitado dotado de valor econômico. Portanto, eventuais prejuízos e impactos negativos em sua utilização devem ser compensados economicamente. A lei é clara.

Terceiro, em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais. E não, evidentemente, a geração de energia. Não é prioritária a geração de energia. Prioritário é o uso para dessedentação de animais e para o uso humano.

Quarto, a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas. Portanto, todos os setores usuários devem ter suas necessidades atendidas. É isso o que manda a lei.

Quinto, a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Portanto, as restrições de utilização dos recursos hídricos locais precisam ser respeitadas, inclusive a operação de reservatórios de hidrelétricas. O sistema elétrico nacional tem que se submeter ao que a lei manda, que é o planejamento por bacias hidrográficas, e não o contrário, a bacia se submeter ao uso de um sistema que é nacional. Temos aqui uma inversão de valores.

Sexto, a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades. Portanto, o colegiado instituído para realizar a gestão descentralizada é o comitê da bacia hidrográfica. Todas as decisões de gestão deveriam ser tomadas ali, e não o são.

Proposições do Comitê da Bacia Hidrográfica, para que nós sejamos bastante objetivos. No curto prazo, o que o Comitê da Bacia defende e postula?

Primeiro, o estabelecimento de regras de operação e de restrições operativas dos reservatórios do Rio São Francisco, mas isso no âmbito do Comitê de Bacia, que é o parlamento das águas onde todos os representantes dos usos múltiplos estão lá, evidentemente, com assento e com prerrogativas para estabelecer os



critérios dos usos múltiplos. Então, esse é o lócus onde essas decisões devem ser amadurecidas e adotadas.

Segundo, compensações econômicas para os danos causados aos Municípios e outros usuários. Os danos já existem, são de diversas ordens.

Vou citar exclusivamente o caso da empresa Icofort, que é a última grande empresa que faz o transporte hidroviário entre Sobradinho e o polo de Juazeiro e Petrolina. De acordo com os dirigentes daquela empresa, a situação é tão grave que eles já estão pensando na hipótese de fechar a última grande empresa de navegação da Bacia do São Francisco.

Eu poderia citar aqui vários outros exemplos, como o da Companhia de Abastecimento de Alagoas, que apresenta, desde o ano passado, uma fatura em que constam gastos feitos de última hora de uma empresa que tem dificuldades para adaptar a situação ao cenário dramático que ali se apresenta para a captação de água, improvisando bombas flutuantes, improvisando novos sistemas na situação de seca que atinge o Nordeste, criando problemas para a saúde pública com os caminhões-pipa e a qualidade da água. Enfim, isso tudo é um cenário que vai se agravando. Reduziu vazão, você reduz a qualidade da água. Reduziu vazão, você dificulta a captação dos recursos. Enfim, sai por aí.

No médio prazo, o que nós estamos propondo? Primeiro, a revisão das diretrizes do Plano de Recursos Hídricos do São Francisco contemplando a priorização dos usos múltiplos e as estratégias de prevenção contra eventos climáticos extremos. Então o plano da Bacia deve prever essas situações, estabelecer esses critérios e, sobretudo, pensar numa coisa que é de absoluta obviedade: nós estamos entrando numa era de extremos climáticos. Portanto, todos nós, usuários, todos nós, do poder público e da sociedade civil, temos que nos antecipar ao cenário que aí está e que já vem sendo anunciado há muito tempo — há muito tempo — se nós não quisermos enfrentar situações muito mais dramáticas do que a atual.

Segundo, defendemos a articulação da gestão de recursos hídricos com as políticas de uso e ocupação do solo na Bacia e com os planejamentos municipais. Tanto na bonança como na desgraça, nós estamos sofrendo prejuízos. Quando há escassez — dos prejuízos eu já falei —, raramente existem também situações





contrárias de anos hidrológicamente muito favoráveis, quando há ocupação no perímetro das enchentes. Nós temos problemas, porque aquela área passa tanto tempo desocupada que a comunidade começa a construir habitações em alvenaria, tem o uso de equipamentos, etc. Tanto numa situação como na outra ocorrem prejuízos por falta de quê? De planejamento, de envolvimento dos Municípios no planejamento do uso e ocupação do espaço. E isso nós temos que prever no planejamento da nossa Bacia.

Terceiro, a revitalização e investimentos na recuperação hidroambiental da Bacia, através da inclusão do Comitê na nova versão do Conselho Gestor do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. As informações que nós temos do Ministério do Meio Ambiente são que a minuta de decreto que inclui o Comitê, as comunidades tradicionais e os Municípios no novo conselho gestor do programa de revitalização já estaria na Casa Civil da Presidência da República. Nós esperamos, evidentemente, que essa reivindicação justa, oportuna e urgente seja adotada.

No longo prazo, o que nós estamos propondo? Primeiro, a avaliação integrada dos recursos energéticos da Bacia do Rio São Francisco, tendo em vista o crescimento econômico e os novos padrões de ocupação territorial, ou seja, agricultura intensa, irrigação, urbanização acelerada, mineração, navegação, etc. Portanto, nós não podemos parar no tempo. A vida é dinâmica, o País é dinâmico também. Significa que não só a matriz energética como também o modelo estão obsoletos — a palavra é esta, “obsoletos” — para enfrentar essa nova situação. Então é preciso que nós façamos um estudo, uma avaliação integrada dos recursos energéticos porque a Bacia do São Francisco tem alternativas, além da alternativa da geração de energia hidrelétrica. Existem outros tipos de alternativas que, combinados, poderão dar a resposta que nós queremos, ou seja, não ficar enfrentando essas reduções como questões emergenciais. Elas estão sendo praticadas desde 2001; elas já configuram um padrão, porque não são mais emergenciais, são recorrentes, e tudo o que configura um padrão e não é mais emergencial precisa de regras claras, transparentes, compartilhadas, democraticamente discutidas e instituídas, como manda a Constituição brasileira e como manda a lei nacional, a Lei das Águas.



Segundo, o Pacto das Águas, que é o que nós estamos postulando. O que é o Pacto das Águas? Se todos demandam água do São Francisco e ninguém se pergunta até onde esse ecossistema pode oferecer essa disponibilidade, nós estamos, então, construindo a equação do suicídio, não é a equação do desenvolvimento. Desenvolvimento não pode mais ser posto em sinal de igualdade com o simples crescimento econômico. O simples crescimento econômico não configura o conceito de desenvolvimento, que é muito diferente disso. Desenvolvimento é outra coisa. Desenvolvimento tem muitas outras dimensões, além do crescimento econômico. Chegou a hora de nós começarmos a discutir isso. O que é o Pacto das Águas? O Pacto das Águas é exatamente o freio de arrumação que nós queremos, porque as águas dos principais afluentes do São Francisco são águas estaduais sob a dominialidade dos Estados, principalmente de Minas e da Bahia, em termos de vasões. Evidente que Minas e Bahia têm seus próprios projetos de desenvolvimento; esses afluentes têm seus próprios comitês de bacias hidrográficas, mas é preciso uma regra clara para o futuro, de como essas águas vão chegar exatamente no São Francisco, tendo esses rios como os principais contribuintes.

É preciso, portanto, também harmonizar todos aqueles grandes projetos, como eu citei no caso da hidrovia. Se não houver um Pacto das Águas, a hidrovia não funciona, porque cada metro cúbico que você tira para irrigação é um a menos para o outro uso. Portanto, o Pacto das Águas é o que o Comitê está postulando, é um grande trabalho. Vamos iniciar agora com a revisão discutida amplamente na Bacia, durante 18 meses, com todos os usuários, porque todos têm interesse legítimo, e nenhum pode arrogar a si a condição de que o seu interesse é mais legítimo do que o dos outros, porque só tem um interesse que é mais legítimo do que o de todos, que é o uso prioritário para consumo humano e dessedentação animal.

Portanto, o que nós estamos querendo trazer aqui é o retrato de uma tragédia. Agora, em São Paulo, está acontecendo o fenômeno de Cantareira. Evidente, é um grande centro, é uma grande região metropolitana, faltar água ali, com milhões de pessoas, é realmente uma catástrofe. Mas o que acontece na Bacia do São Francisco acontece há muito tempo! E exige, evidentemente, uma nova



posição política do Estado brasileiro, não falo nem do Governo, do Estado brasileiro, que é a necessidade de tratar a Bacia do São Francisco de forma diferenciada, porque é a única que atravessa o Semiárido brasileiro com quase 1 milhão de quilômetros quadrados de região semiárida, de escassez comprovada de água, e que representa 70% da disponibilidade hídrica da Região Nordeste.

Portanto, tem que ter outro tratamento. É o sistema elétrico que tem que se adaptar às necessidades da Bacia e não a Bacia se sujeitar, evidentemente, aos problemas do sistema elétrico integrado. Essa coisa está invertida! E precisa, evidentemente, voltar ao seu leito natural, principalmente nas condições adversas que nós vamos enfrentar.

O que é que o Comitê está querendo? O Comitê está querendo que o seu papel legítimo como base da pirâmide dos recursos hídricos neste País — porque o Comitê é a primeira instância para se resolver os conflitos em torno do uso da água — seja respeitado, e o que o Comitê está fazendo aqui é ser empoderado de suas prerrogativas, que são claras na legislação.

Então, neste diálogo aqui com o setor elétrico e com a Agência Nacional de Águas, que por sinal também fazem parte do Comitê, o que nós queremos é compartilhar com o Parlamento brasileiro a necessidade de fazer este debate, porque uma Bacia, como eu já disse, que envolve 19 milhões de pessoas... São todos interesses legítimos, mas nós queremos aqui que essa situação tenha um desdobramento. O que não pode é a Prefeitura de Pirapora ter prejuízos, como está tendo, e ninguém falar sobre quais serão as compensações, assim como o pequeno barqueiro lá do São Francisco, sem falar no prejuízo ambiental. A situação à jusante de Xingó é catastrófica, do ponto de vista ambiental.

E aí nós vamos ter que escolher. Uma frase famosa de um hidrólogo espanhol pergunta o seguinte: *“Deve a água dos rios chegar ao mar?”* Esta é a pergunta das populações da Bacia do São Francisco, a que o poder público tem que dar uma resposta: *“Devem as nossas águas são franciscanas chegar ao mar?”* O Rio São Francisco é um canal de cimento ou é um ecossistema? O Rio São Francisco inclusive está cravado no coração da história do Brasil, dá início à história deste País e não pode ser tratado dessa forma!



No Baixo São Francisco, algo em torno de 90% da biodiversidade do Rio já foi absolutamente detonada, detonada! E o Rio tem usuários, que são os peixes e as plantas, que infelizmente não têm poder de voz. Mas é um ecossistema, está no imaginário das populações, principalmente as ribeirinhas, que fazem daquele Rio um componente fundamental para o seu equilíbrio psicológico, para a sua história e para a sua memória. Então essas coisas têm que ser levadas em conta nesse pacto.

Desculpem-me a veemência, mas é em função do drama que nós vivemos. Ninguém pode reclamar, entre os nossos parceiros, que o Comitê não esteja à disposição para construir o consenso, fazer o diálogo. Estamos trabalhando nisso incessantemente, mas é preciso que os nossos parceiros abram o coração e a possibilidade de construir esse consenso, mas de uma forma concreta. Não podemos ficar jogando palavras ao vento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dr. Anivaldo de Miranda.

Nós vamos passar a palavra agora ao Dr. Saulo José Nascimento Cisneiros, para que faça as suas considerações. Antes, porém, eu queria registrar aqui com muita satisfação a presença nesta sessão do Deputado Leonardo Monteiro, do Deputado Assis Carvalho e do Deputado Rubens Bueno.

**O SR. SAULO JOSÉ NASCIMENTO CISNEIROS** - Deputado Arnaldo Jordy, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tenha certeza de que é uma honra para mim estar aqui sob sua liderança, nesta reunião; demais companheiros da Mesa, Dr. Anivaldo; Dr. Joaquim Gondim, da Agência Nacional de Águas, meu conterrâneo; audiência, não tenham dúvidas de que eu sou um cidadão comum como vocês. O pouco que nos diferencia é porque aqui eu represento um dos setores usuários de água do São Francisco e um dos setores vitais na infraestrutura, que é o setor de energia elétrica — geração, transmissão, distribuição e tudo o mais, o que quer que seja.

Eu não tenho dúvida de que essa minha visão como cidadão me foi ensinada pelo meu pai, pelos exemplos que ele deu. Ele tinha uma visão social do mundo, e eu aprendi isso. Agora, eu não posso me furtar a apresentar os propósitos, as razões e os objetivos dos nossos pleitos. Nós não impomos nada; nós fazemos



considerações sobre qual é o panorama, hoje, de água do São Francisco e de atendimento energético ao Nordeste.

Presidente, eu vou me deslocar para ali, porque fica melhor fazer a apresentação olhando para a plateia.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Esta frase é minha e do Dr. Mozart — você rebuscou para melhor. Eu não tenho dúvida de que eu creio nisto aí: “Água é um bem essencial e de todos”, sobretudo no Nordeste. Eu não sei quando — se daqui a 40, a 50 anos —, mas um dia a água do São Francisco vai ser toda para outros usos, e não para energia elétrica. Mas infelizmente hoje ela tem a responsabilidade de 97% do potencial de geração hidroelétrica na Região Nordeste.

Como é que está hoje a situação do atendimento de energia elétrica ao Nordeste? Começo logo falando um pouco sobre o Sudeste, o Centro-Oeste e o Nordeste. De novembro de 2013 a abril de 2014 — que todos vocês sabem que é o chamado “período úmido” das Bacias dessas duas Regiões —, o Sudeste teve 65% de Média de Longo Termo. O que é Média de Longo Termo? É a média de todos os 83 meses conhecidos do histórico. Então, a MLT Sudeste/Centro-Oeste foi de 65% e, do Nordeste, 48%, abaixo da metade. Esse é o quadro que se apresenta. Na Região Sul foi um pouco abaixo da média, mas a gente diz que os reservatórios da Região Sul são tanques, porque são de pequena acumulação.

E a cheia que houve na Região Norte... Até já me perguntaram: “Mas não houve uma cheia da Região Norte?” E foi em prejuízo da geração de energia, porque foi preciso paralisar as usinas dos rios com as grandes cheias que ocorreram e o aumento da altura do nível de jusante. Tivemos que parar Santo Antônio — perdemos 700 megawatts de fevereiro a abril; Tucuruí perdeu 10% da sua capacidade — 800 megawatts. E, por incrível que pareça, grandes cheias reduziram drasticamente o Rio Tocantins. Tanto é que Tucuruí já parou o vertimento e já começa a deplecionar paulatinamente.

Como é que a gente atende com energia elétrica a Região Nordeste? Em primeiro lugar, é conveniente que se repita — eu acho que já é de conhecimento de vocês —, que o São Francisco é responsável hoje por 97% da capacidade de geração hidrelétrica do Nordeste, distribuído nestes três reservatórios: Três Marias



tem uma capacidade de acumulação de 31%; Sobradinho, de 59%; e Itaparica, de 7%.

Em caso de baixas afluências no Rio São Francisco, como neste ano, aliás, desde meados de 2012, como é que a gente atende? A gente começa a importar energia, começando com o período úmido, de Tucuruí, onde há vertimento — praticamente metade da energia de Tucuruí vem para o Nordeste —, e também das Regiões Sudeste e Centro-Oeste, utilizando as interligações inter-regionais existentes.

Então, nestas situações de baixa hidraulicidade do São Francisco, o que nós fazemos? Maximizamos essa importação de energia, desde que haja disponibilidade. De Tucuruí, sempre há. No histórico conhecido do Rio Tocantins da operação da Usina do Tucuruí, nunca deixou de haver disponibilidade. Do Sudeste e Centro-Oeste, não; essa é conjuntural. E caso essa disponibilidade não ocorra, o que a gente faz? Faz uso da geração térmica. Ela não é uma geração de base, é uma geração complementar.

Isto daí mostra, nos últimos anos, qual foi a responsabilidade pelo intercâmbio havido na Região Nordeste recebido de outras regiões, o que representou ali em termos percentuais da capacidade máxima de acumulação. Vocês vejam ali que o Nordeste foi atendido, nos últimos anos, sobretudo por forte importação das demais Regiões. Estão ali: em 2014, até o mês de maio, 53%. E por que isso este ano? Porque nós estamos gerando o mínimo nas usinas do São Francisco. Se isso não fosse feito, Sobradinho já estaria seco! É conveniente que se diga isto: Sobradinho já estaria seco, hoje! Estou falando com essa ênfase porque, como cidadão e me espelhando no Dr. Anivaldo, cujas palavras apreciei muito, às vezes a gente tem que ser enfático naquilo em que acredita.

Este é um dado da realidade. Isto é o resultado da prioridade de maximização da importação da energia das demais Regiões. E tem mais: estamos usando térmica à vontade, porque não é com 1.100 metros cúbicos por segundo gerando energia que vamos atender o Nordeste. Temos que importar em massa das demais Regiões e temos também que gerar térmica. Aí está, de janeiro de 2013 a março de 2014, quanto nós recebemos, mês a mês, de importação das demais Regiões. Isso dá



uma média de 2.500 megawatts. Isso representa 30% da necessidade de carga de atendimento ao Nordeste.

Aí a gente vai para a geração térmica pesada também. Ali há, na média, 2.500 megawatts. Este é um dado da realidade: geração térmica na base e importação de energia é que fazem manter hoje os níveis que a gente tem no reservatório de Sobradinho.

Em função dessa realidade, nós, do setor elétrico, temos apresentado pleitos — efetivamente temos apresentado pleitos, não há imposição, há pleitos — para mostrar a necessidade de redução das vazões. E não é apenas para geração de energia, como nós vamos mostrar; é também para a gestão hídrica dos reservatórios.

Manter um volume mínimo nas usinas de cabeceira do Rio São Francisco — Três Marias e Sobradinho — tem dois grandes objetivos, disto aí vocês não tenham dúvida: gerar energia e permitir o controle da gestão hídrica dos reservatórios.

Foi dado aqui até exemplo do reservatório de Cantareira. A qualquer momento, pode-se perder o controle daquele reservatório. Inclusive, fala-se em volume morto. Ora, se ele tem descarregador de fundo, eu não entendo como aquilo é volume morto. Aquilo é volume mesmo para ser usado. Então, essas são realmente as duas grandes necessidades.

Estamos mostrando a vocês o que significam as aflúncias naturais ao reservatório de Três Marias. O ano de 2014 é o pior do histórico! É o pior! E 1971 foi o segundo pior, é o famoso ano crítico; e 2001 foi o ano do infortúnio do racionamento. O TCU calculou as perdas econômicas diretas do racionamento em cerca de 50 bilhões de reais — só as diretas, não vamos nem falar nas indiretas.

Está aqui: em 2014, a aflúncia ao reservatório de Três Marias é a pior do histórico de 83 anos. Esse é um dado de realidade que os senhores conhecem. Estou dizendo aqui dados que podem ser auditados e de históricos conhecidos.

No caso do reservatório de Três Marias, levando em conta essa situação, o setor elétrico faz uma observação não para fins de geração de energia elétrica, não; é para controle da gestão hídrica do reservatório. Três Marias, sob o ponto de vista de geração de energia, tem influência mínima para o Sistema Sudeste, até porque a geração de energia vai para o Sudeste e para o Nordeste. Inclusive, quanto mais



umentar a vazão de Três Marias... Nós não vamos ter perda, sob o ponto de vista da água potencial, porque a água será transferida para outro reservatório de cabeceira, que é o de Sobradinho.

Então, levando em conta essas hipóteses, nós fizemos algumas simulações e apresentamos inclusive isso na última reunião da Agência Nacional de Águas, para embasar esse pleito, para a continuidade da gestão hídrica do reservatório, no que diz respeito a levar a defluência para 150 metros cúbicos por segundo. Se nós tivéssemos ainda com os 500, já teríamos secado o reservatório de Três Marias! Essa dúvida não deve existir! Isso é fácil. É só chamar consultores e fazer simulações. Inclusive está cheio de consultores dizendo um bocado de bobagens, inclusive que vai haver racionamento. Não vai haver nada, neste ano de 2014! Nós temos é que nos preparar para nos fortalecer para 2015. Isso sim, até com medidas preventivas de acumulação de um estoque mínimo.

Aí o que acontece? Nós nem vamos considerar a vazão de 350 metros cúbicos por segundo, que foi a primeira redução que houve. Se continuarmos mantendo em 350, vamos secar o reservatório de Três Marias. Então, nós fizemos hipóteses de 250, 200 e também de 150 metros cúbicos por segundo. Se a vazão for para 250, nós vamos chegar a 5,2% do VU e, 200 metros cúbicos por segundo, a 9,5% do VU do reservatório. A gente considera 10% um valor mínimo que se deve ter, até para fazer frente a um retardo que possa acontecer do próximo período úmido.

Ali está a simulação com 200 metros cúbicos por segundo. E fizemos também uma hipótese de 150, que foi a que baseou o nosso pedido e que nos embasou no valor de 10% para que fosse considerado como estoque mínimo.

Tendo em vista que em 2014 vem ocorrendo o mínimo, abaixo do pior dos conhecidos, a gente pergunta: qual é o pior? Nós fizemos a seguinte hipótese, pegando a pior média mensal conhecida. Até podem dizer que esta é uma simulação catastrófica, mas nós não sabemos qual é o pior que pode vir. E aí vocês observem que, se for mantida a vazão de 200 metros cúbicos por segundo... Nós não estamos nem considerando a hipótese de 250 metros cúbicos por segundo, porque seca também nesta hipótese. Se for mantida a hipótese de 250, seca! Sabe para quanto vai? Para 5%, com 200 metros cúbicos por segundo. E o valor de 150





metros cúbicos por segundo, considerando... Essa é uma simulação hipotética. É a pior vazão dos meses de junho a novembro. Por quê? Porque, se está dando o pior, qual é a pior hipótese? Então, essa foi a hipótese de simulação que fizemos. Está aí!

Daí a recomendação — o pedido, o pleito, a recomendação — que nós fizemos na última reunião da ANA. E ali está claro: *“Tendo em vista a criticidade apresentada das vazões afluentes ao reservatório de Três Marias no período úmido 2013/2014, é necessário que se promova, o quanto antes, a operação deste reservatório com vazões defluentes de 150m<sup>3</sup>/s, que levam o nível mínimo para valor superior a 10%, com o fim de se manter o controle da sua gestão hídrica”*.

Na última reunião, inclusive parabeneizei e achei de alto nível a exposição do Prefeito de Pirapora, mas disse a ele: *“Prefeito, eu sei que a questão toda é: é possível adequar? É. A questão vem nas responsabilidades econômicas, algo que tem que ser discutido. Agora, Prefeito, é melhor se adequar para 150m<sup>3</sup> e ter do que não ter nada”*.

Essa é a questão que se coloca, e às vezes a gente tem que se deparar com a realidade. Dizem os grandes pensadores, os psiquiatras, que, quando a pessoa se coloca diante do espelho da realidade, ela tira o espelho e foge. Mas essa é uma realidade que tem que ser dita, independente de qualquer coisa: se continuar com a vazão que está hoje, o reservatório de Três Marias vai praticamente secar! E não é para fins de geração de energia elétrica, não, mas para fins de gestão hídrica do reservatório.

Dito isso sobre a questão de Três Marias, nós vamos passar para Sobradinho. Qual é a questão de Sobradinho, hoje? O ano de 2001 foi o primeiro pior, foi o dito cujo do racionamento; 2013 foi o segundo pior — praticamente não se vê diferença, é só uma questão numérica — e 1971, o famoso, foi o terceiro pior. E ali está a vazão média, aquela curva superior.

Então, observem que a situação é o dado que se impõe. Aí você vai para 2014: 1971 foi o primeiro pior; 2001 foi o segundo pior e, 2014, o terceiro pior. Está ruim do mesmo jeito! É praticamente tudo a mesma coisa! É só uma questão numérica o primeiro ou o segundo pior. E quem está fazendo isso é a natureza. Já existem por aí hipóteses mil de fenômenos. Uns acham que é efeito estufa, já ouvi



cientistas dizendo que não é nada disso, que é um fenômeno cíclico das geleiras... Tem hipótese para tudo! Desculpem-me a...

Qual é hoje a afluência ao reservatório de Três Marias? É de 80, e se está liberando a média de 250 metros cúbicos por segundos. E Três Marias está abaixo de 16%. Se nós estivéssemos liberando os tais 500 metros cúbicos por segundo ou 350, sabe com quantos nós estaríamos aqui? Com muito menos! É aí que eu digo que o reservatório iria secar.

Sobradinho: estamos afluindo hoje 770 metros cúbicos por segundo. Este aí é o quadro diário. Sabe quantos estamos defluindo? Os tais 1.100. E dá um pouco a mais, um pouco a menos, em função das perdas que a gente tem. Não vamos dizer das perdas, mas dos consumos, dos usos múltiplos que se tem no trecho Sobradinho-Itaparica, e também no reservatório, trecho realmente rico em sangrias no rio.

Ali está o reservatório de Itaparica, que é neutro, e Xingó, respeitando os 1.100 metros cúbicos por segundo.

Então, o que queremos dizer? Hoje, se nós tivéssemos a ação pura e simples da natureza, estaríamos na calha do rio com 770 metros cúbicos por segundo. Esse é o dado da realidade. Nisso não tem nenhum sofisma, não tem nenhuma mágica. É o dado da realidade!

Na hora em que vemos isso... Nós temos um compromisso nacional: a geração de energia é nacional. Assim como recebemos energia em dado momento, pode ser que o Nordeste em dado momento tenha que mandar também ou diminuir um pouco essa chegada. Vai chegar o momento em que Tucuruí se esgota. Tucuruí vai deplecionar. Todo ano a gente leva o reservatório ao mínimo! A gente leva a 10% o reservatório. Só que a história tem mostrado que o replecionamento é rápido e sempre acontece.

Não vamos receber energia de Tucuruí e também vai estar muito difícil no Sudeste e no Centro-oeste. Eu já mostrei os dados dessas regiões, embora tenha focado mais na Nordeste. E aí o que vai acontecer? A gente vai deixar de receber a importação de energia e terá de gerar mais no São Francisco.

Esse pulmão que no setor elétrico nós formamos é para fazer frente ao atendimento de energia elétrica ao Nordeste, que é um bem essencial para todos.



Água é um insumo muito importante e energia elétrica também faz parte das nossas vidas. E com o deplecionamento do reservatório, não se vai poder receber mais importação de energia de Tucuruí. Em dado momento, vai ser zero! O Norte vai ter que se autoatender; o Sudeste vai ter que se autoatender, está numa crise também; e nós vamos ter que gerar energia aqui nas nossas usinas.

E aí tivemos que fazer um pulmão. Em dado momento vamos ter que conviver com 900 ou 1.100 metros cúbicos por segundo nos períodos de carga leve e aumentar no período de carga média e pesada. Não tem mágica nenhuma, pessoal! As coisas são puras e simples!

Aí são simulações que nós fizemos com 1.100 e 900 metros cúbicos por segundo. Se nós formos para 900, vamos chegar, em hipótese, evidentemente, a 27% no reservatório de Sobradinho, e se formos para 1.100, vamos chegar a 16%. Essa é uma hipótese.

Hoje, esta redução que nós tivemos para 1.100 metros cúbicos por segundo representa cerca de 10% do reservatório. Então, vocês vejam que, se não fosse isso, a gente poderia chegar a menos 10%, e aqui, 6%, até abaixo do que houve no famoso ano de 2001.

Então, a recomendação que nós estamos trazendo é por conta de todos esses propósitos que nós tivemos, de todas essas razões, e os objetivos são estes: manter a gestão hídrica do reservatório e o atendimento energético.

Isso é o mínimo de informação que eu poderia trazer para vocês. São propósitos — não se tratam de caprichos —, mas de propósitos reais.

Estas aí são as recomendações que já fizemos inclusive à Agência Nacional de Águas. Esse assunto vai ser tratado no âmbito do Ministério de Minas e Energia.

Presidente, Deputado Arnaldo Jordy, perdoe a minha ênfase em determinados momentos. Mas vocês não tenham dúvida alguma: eu falei aqui muito mais como cidadão e muito menos como profissional do setor elétrico.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dr. Saulo. Não se preocupe, porque o tema já é bastante enfático. Não dar ênfase a ele é destoar um pouco.



Antes de passar a palavra ao próximo expositor, quero registrar a presença do Deputado Miriquinho Batista. Já temos alguns Deputados inscritos para falar.

Eu perguntaria ao Deputado Assis Carvalho, que é o primeiro na lista de inscrição, se poderia assumir a Presidência por 10 minutos, se for possível, só para eu ir assinar a presença na Comissão Especial.

*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Assis Carvalho) - Concedo a palavra ao Dr. Joaquim Guedes Corrêa Gondim Filho, Superintendente de Usos Múltiplos e Eventos Críticos da Agência Nacional de Águas.

**O SR. JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO** - Boa tarde a todos.

É uma satisfação, em nome da Agência Nacional de Águas, participar de uma audiência com tema tão relevante. Quero cumprimentar o Deputado Assis Carvalho, o Presidente Anivaldo, o companheiro Saulo, do ONS — Operador Nacional do Sistema Elétrico. Quero saudar também a plateia e dizer que a Agência Nacional de Águas, como um ente do setor de recursos hídricos e um ente que cuida da questão das águas, principalmente das águas de dominialidade da União, tem questões a esclarecer nesta reunião.

A primeira coisa que se tem de colocar é por que se constroem barragens. Os rios são cíclicos. Os rios têm períodos de águas altas e períodos de águas baixas. O que significa isso? No período chuvoso, os rios recebem a contribuição dos seus afluentes, dos seus formadores, das suas nascentes e têm um ciclo de águas altas. Num segundo momento, acontece um ciclo de águas baixas, quando as chuvas cessam e os rios vão diminuindo a sua vazão em função da diminuição desses aportes. Isso acontece num ciclo anual, mas num outro ciclo maior, num ciclo interanual, de vários anos, não raro, enfrentamos sequências de anos muitos chuvosos e sequências de anos muitos secos. Esse tipo de fenômeno vocês conhecem desde os tempos bíblicos de José, do Egito: os 7 anos de fartura e os 7 anos de baixas colheitas.

Então, o homem interviu na natureza, construindo o que nós chamamos de reservatórios, que teriam, então, essa função de guardar água no período chuvoso, guardar água nos anos úmidos, para ser utilizada nos períodos secos do ano e nos anos de poucas chuvas.



Se, por um lado, intervém no regime do rio, por outro lado, também provoca modificações no regime do rio que está a jusante do reservatório, ou seja, no trecho depois do reservatório. Então, uma pessoa que nunca saiu do seu Município, que mora num rio onde foram construídas hidrelétricas, barragens, usos múltiplos que seja, ela vai dizer: *“Este rio está diferente”*. Por que ele está diferente? Porque antes ele era um rio pujante, de grandes cheias, e hoje é um rio calmo, tranquilo, que perdeu o seu vigor. Essa é a impressão que têm as pessoas que moram a jusante de reservatório.

É claro que, em alguns anos excepcionais, essas cheias voltam com muita intensidade. Não raro, isso também acontece. Isso faz com que todo o ecossistema seja alterado. Aquela coisa do sedimento fica retido nas hidrelétricas, nos reservatórios. Tem-se certo acúmulo de sedimento no trecho anterior do reservatório. Se você guardou sedimento, falta sedimento a jusante do reservatório.

Uma obra de engenharia, como um reservatório, com toda a sua complexidade, vai causar impactos positivos e negativos. Então, a todo momento, a sociedade tem que avaliar se os impactos positivos causados em relação aos impactos negativos se sobrepõem e se pode ser autorizada a construção. Por isso, o setor ambiental elabora seus estudos de avaliação, de impactos e tenta mensurar essas variáveis e dar o seu posicionamento.

O setor de recursos hídricos tem também atribuições específicas, como a questão de definição de regras de operação de reservatórios. Começa-se aí a entrar na questão que falamos agora: o que significam regras de operação? Quando se constrói um reservatório, você tem que estabelecer algumas condicionantes que levam o operador do sistema a ter balizamentos que questionem o seguinte: *“Ele pode fazer tudo?”* Não! Ele tem condicionantes que são colocadas nos seus contratos, nas suas autorizações de uso, as quais, no nosso caso, são chamadas de outorgas. E quais são as principais condicionantes que são colocadas? A primeira é que todo reservatório tem um nível mínimo de operação e um nível máximo de operação. Então, normalmente, isso é chamado de zero de volume útil e cem de volume útil. O reservatório fica operando dentro dessas faixas. Quando está operando muito cheio, perto de 100%, em rios que têm recorrência de enchentes, esse é um problema também, porque, quando vem uma cheia, ele não consegue



segurar aquela água das cheias e passa. Existem medidas, portanto, que, quando ocorrem período de chuvas, você tem que deixar o reservatório um pouco mais baixo para guardar um espaço para absorver as cheias.

Existe outro momento, que é o momento de deixar o reservatório seco. Se deixar o reservatório muito seco, você pode ser surpreendido por um ano seguinte muito seco e o reservatório ficar sem condições operacionais. Então, nem você pode deixar o reservatório ficar sempre muito cheio, na entrada de períodos chuvosos, nem muito seco, na saída dos períodos secos. Essas duas condicionantes são importantes de serem entendidas. Para isso, estabelecem-se regras de liberação de água.

No caso do São Francisco, os reservatórios estão num rio de domínio da União, sendo, entretanto, sua construção anterior à existência da Agência Nacional de Águas. E o que significa ser um reservatório anterior à existência da Agência Nacional de Águas? É que as regras de operação desse reservatório não foram definidas na sua origem, na sua construção, pela Agência. Elas vieram agregadas num contrato elaborado pelas concessionárias de energia junto ao setor elétrico, ao antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE e, posteriormente, à própria ANEEL. Isso não impede que a Agência Nacional, através dos seus instrumentos legais, também possa intervir no processo, mesmo nesses reservatórios construídos anteriormente a sua existência. Ela pode estabelecer restrições operacionais e impor essas restrições operacionais a esses reservatórios.

Nesse sentido, existia um número importante, da Licença Ambiental de Sobradinho sobre a vazão mínima que estava Sobradinho autorizado a soltar. Esse número, que veio das licenças, é 1.300 metros cúbicos por segundo. Se é um número de licença ambiental, ele só pode ser praticado a menos que outra licença ambiental assim o autorize. Então, todas as liberações que são feitas com relação à redução dessa vazão, necessariamente têm que contar, primeiro, com essa autorização, que vem do setor ambiental, de diminuição da restrição imposta em suas licenças.

A segunda é a questão da gestão propriamente dita dos usos múltiplos que tenta conciliar os interesses de preservar água no reservatório e os interesses de liberar água do reservatório para atendimento a outros usos múltiplos. Nesse



sentido, o que se tem — e foi muito bem falado aqui que, desde o ano de 2001, enfrentamos situações de excepcionalidade — são pedidos para redução desse valor de 1.300 para valores da ordem de 1.100 metros cúbicos por segundo.

Isso tem sido feito de maneira sistemática, mas hoje há um entendimento entre todos de que é preciso uma regra estável que dê sentido ao seguinte: toda vez que o rio estiver em determinadas condições, em que o nível de acumulação da bacia estiver em determinadas condições, abra-se a possibilidade de termos a quebra, vamos dizer, da restrição de 1.300, mas é preciso que todo mundo conheça essa regra, que todo mundo tenha acesso a ela e que todo mundo conheça como ela pode ser praticada.

Este é um ponto importante: termos uma regra que seja autorizativa no sentido de que só pode ser solicitada essa autorização de transferência de 1.300 para 1.100 se os condicionantes forem atendidos. É uma pré-condição de atendimento. Esse é um ponto importante. Dentro desses pré-condicionantes, algumas coisas são também importantes — e esse é o pensamento da Agência Nacional —: não se pode também vir praticando vazões muito altas e, de repente, tomar conhecimento de que o reservatório agora está seco. Temos que praticá-las e cair para vazões baixas. Então, deve haver também regras de transição da entrada do período de vazões altas para o período de vazões baixas. O que significa isso? Ora, se o reservatório vem liberando 1.800, 1.900 metros cúbicos por segundo, não faz sentido ele entrar direto em 1.100. Teria que haver uma passagem pela vazão mínima regulamentada — no São Francisco, 1.300. Como você tocou no 1.300, se você sai de 1.700 direto para 1.100?

Então, o que nós estamos discutindo — hoje, nós entendemos que há esse amadurecimento de todos para a discussão dessas regras — é que seja estabelecida pelo uma questão do tipo: para ele vir de 1.700 para entrar em 1.100, ele tem que passar, por exemplo, um tempo operando no mínimo regulamentado da bacia, para que todos os usuários possam tentar se adequar a essa nova condição que está por vir.

Também, na saída, a menos que ocorra um período chuvoso excepcional, você não pode vir de 1.700, entrar em 1.100 e, no dia seguinte, voltar para 1.700. Tem que haver também uma passagem, a menos que ocorra um período chuvoso



excepcional. Então, o que é isso? É o gradualismo e o tempo necessário para que todos os entes possam se adequar.

Como exemplo, temos o que está acontecendo com a Prefeitura de Pirapora. Havia um sistema com uma determinada capacidade de captar água, não em função da quantidade de água que existe no rio, que é elevada, mas da altura em que as bombas dele foram colocadas. Ele precisa de um tempo — é isso que ele pediu, através de meios que ele encontrou — para a adequação de suas bombas a essa nova realidade. Não é falta de água, mas é falta de condições físicas da estrutura que ele detém.

Então, nesse sentido, a Agência Nacional entende que regras como essa são importantes não só para Sobradinho, não só para Xingó, mas também para Três Marias. Nós temos que ter regras também para Três Marias. Esse imaginário de que Três Marias não teria problemas nunca se quebrou várias vezes.

Temos que, também nessas discussões que nós estamos iniciando e já amadurecendo, pensar em regras para Três Marias, no sentido de pensar o rio como um rio só. Não pode ter o rio a jusante de Sobradinho, o rio a jusante de Xingó. É o Rio São Francisco, que possui pontos com condições diferentes para cada um, mas é o Rio São Francisco.

Então, a Agência Nacional se coloca como um ponto importante. Todos os meses — com uma frequência de 1 mês ou 45 dias — nós realizamos essas reuniões de avaliação. Entendemos que passamos por um período difícil, em termos de afluência, mas a engenharia foi suficientemente capaz de fazer uma gestão dos recursos hídricos que levou o nosso reservatório principal de Sobradinho aos níveis que estão hoje. Esses níveis, pelo que nós estamos vendo aqui, vão gerar certo impacto no futuro, porque nós economizamos a Bacia e já estamos vendo que existe um movimento: *“Olha, vocês economizaram; o seu reservatório está cheio”*.

Bom, o que significa isso? Significa que nós temos que ter essa revisão do plano, que tem que ter um detalhamento maior do que simplesmente fixar uma vazão mínima de 1.300, até que novos estudos sejam elaborados. Nós temos que ter um capítulo especial sobre vazões mínimas, nós temos que ter mais detalhes no sentido de proteger todas as bacias, o seu uso, os usuários, o sistema e ter estabilidade nesse sistema.





Então, nesse sentido, a Agência também se coloca à disposição do Comitê para, a exemplo do plano anterior, o de 2004, tentar discutir e contribuir para esse capítulo que nós julgamos importante no plano. Essas eram as nossas palavras iniciais.

Este tema realmente é importante, pois o País vive momentos de baixas afluências em vários dos seus reservatórios. Nesses momentos, também nós conseguimos, através daquela discussão de que na crise se constrói, construir um pacto no sentido de estabelecimento dessas regras estáveis para a Bacia do São Francisco e não para Sobradinho, em particular, mas para toda a Bacia do Rio São Francisco.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Assis Carvalho) - Queremos agradecer ao Sr. Joaquim Guedes por essa belíssima explanação.

Nós vamos abrir o debate, mas antes eu gostaria de convidar o nosso querido Deputado Alfredo Sirkis, do PV, grande ambientalista, para assumir a Presidência, porque eu estou inscrito para participar do debate.

*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, na verdade, eu estou participando de outra Comissão — a Especial da Primeira Infância — e tive que pedir permissão aos meus pares, passando aqui a este debate. Não há dúvidas de que é um debate apaixonante, que diz muito a nossa região. Achei conveniente tentar participar e compreender um pouco desta discussão.

Logo que cheguei, estava na belíssima explanação do nosso Presidente do Comitê, o Sr. Anivaldo. Depois ouvi os dois outros expositores, que fizeram belíssimas explicações.

Dentro desse debate da questão da Bacia do São Francisco, eu acho que o Sr. Anivaldo fez várias referências que eu considero muito ricas. Eu destacaria a fala dele, mas todas são muito importantes, pois trata exatamente do debate do Pacto das Águas, que eu considero uma questão muito importante.



No que diz respeito a uma frase que ele colocou, que eu achei também muito rica, nenhum interesse pode ser mais legítimo do que outro interesse. Eu trato exatamente disso, porque eu sou do Piauí, de uma região do Semiárido e eu considero que nessa região a gente vive ainda uma situação de *apartheid* do Nordeste em relação ao Brasil. Nós temos ainda o que eu chamo de a parte mais pobre do Nordeste, que é a minha região.

Prendendo-me um pouco a essa posição que eu achei muito rica, de que nenhum interesse pode ser mais legítimo do que outro, tão nordestino como qualquer outro, eu compreendo que nenhum interesse de qualquer nordestino, de qualquer brasileiro, pode se sobrepor aos interesses de nenhuma outra Região, inclusive a do meu Estado.

Eu trato disso porque não tive a oportunidade de compreender nas falas a posição dos explanadores, mas queria levantar um tema para tentar compreender o que é pensado pelos senhores: a nossa luta pela Integração de Bacias. Eu acho que este é um tema que o Piauí considera muito importante, porque nada pode se sobrepor ao interesse da dignidade da vida das pessoas: sem água, não há vida.

Nós compreendemos que o mundo aprendeu, graças a Deus, há muito tempo, a reservar as suas águas — ouvindo a fala do Sr. Joaquim corretamente. É uma luta permanente fazer a reserva de águas, mas a água tem que vir de algum lugar, não há como reservar a água se eu não tiver o que reservar, se eu não a trouxer de algum lugar.

É preciso fazer um ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento, sim. Eu acho que o desenvolvimento não tem um olhar somente econômico. Estou plenamente de acordo de que temos que ter uma respeitabilidade com o meio ambiente, temos que pensar no nosso ecossistema, mas temos que pensar na dignidade das pessoas, no direito à vida, na liberdade emancipatória, no direito de as pessoas não viverem se humilhando atrás de um carro-pipa e em busca de alimento ou de esmola. Eu acho que nada pode ser mais humilhante do que isso.

Eu coloco essa posição, porque queria compreender qual é este olhar sobre a Integração de Bacias. Sou um Deputado que luto permanentemente pela Integração de Bacias — a do São Francisco com a Bacia do Parnaíba —, considerando que, no



Nordeste, a Bacia do São Francisco dispõe de 65% das águas de superfície, tendo, portanto, 15% do Parnaíba e as demais.

Quer dizer, eu imagino que isso tem que funcionar como o corpo humano, como as veias, como as artérias, tem que haver uma intercomunicação entre essas bacias, para que a gente possa trazer dignidade para as pessoas, qualidade de vida, oferecendo esse sentimento emancipatório. Então, eu queria compreender um pouco, principalmente na fala do Sr. Anivaldo — os outros também podendo se expressar a respeito disso —, um tema que eu gostaria de destacar.

Não poderia, em nenhum momento, deixar de registrar — eu achei belíssima a explanação — a questão da produção de energia. A energia é uma razão muito forte para que a gente possa pensar em desenvolvimento. Temos que pensar em energias suplementares. Eu sei do sonho em relação à energia que a gente chama de limpa, como a energia eólica, como a energia solar. Precisamos avançar cada vez mais.

Compreendemos também que é na energia, principalmente na hidrelétrica, que a gente pode imaginar a questão da reserva, porque não se encontrou ainda alternativa de reservar a eólica e a solar. Portanto, não dá para imaginar estas como energias principais. Tem que haver uma energia suplementar, mas é preciso avançar, é preciso que existam também alternativas para a utilização desses valores que a natureza humana nos concede, a fim de elevar a qualidade de vida das pessoas.

A minha intervenção é nesse sentido: o que se pensa sobre a Integração de Bacias, nesse sentimento do direito à vida, para que nenhum interesse de nenhum cidadão, de qualquer lugar, possa sobrepor-se ao direito do outro, mas que o direito possa ser considerado de uma forma horizontalizada. Quero colocar o Piauí neste direito à vida e ao direito de também ter água, que é um bem da natureza, um bem nos deixado por Deus.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Bem, o Deputado Rubens Bueno não se encontra presente.

Então, vou abrir a palavra às perguntas e às colocações da nossa assistência. Já temos inscritos.

Com a palavra o Sr. Luís Dourado.



**O SR. LUIZ DOURADO** - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo, em nome de todos da Mesa, e aportar algumas contribuições importantes em relação à temática.

São observáveis vários impactos nas quatro regiões fisiográficas, mas esses impactos estão correlacionados e adstritos a três vieses importantes: os impactos decorrentes das mudanças climáticas — as estiagens e secas recorrentes —, a degradação de largo espectro de ordem antrópica e, por último, a *causa causarum* — que consideramos a mais preponderante de todas, acerca de gestão, que é a inviabilização dos usos essenciais e prioritários e dos usos múltiplos.

Então, nós queríamos aportar para a ANA — Agência Nacional de Águas — e dizer que o estado catastrófico do nosso rio é por falta de gestão da ANA, pelo estrangulamento que causou, porque permitiu uma catadupa de usos abusivos dentro do Rio São Francisco. O ONS — Operador Nacional do Sistema — tem sua culpa, como poder hegemônico, que se apropriou e impôs vazões restritivas ao Rio São Francisco. Consequência disso: perda de 35% do caudal do rio, sendo o rio que mais perdeu caudal na América do Sul; mais de 3.500 nascentes foram impactadas e degradadas. E o pior: uma região de Semiárido. Por exemplo, um Semiárido com 1.800 quilômetros de gente passando sede dentro da bacia, nunca atendida, nunca, jamais atendida. E, por último: os impactos ao povo da bacia, vilipendiado multissecularmente pela ausência de políticas públicas e também condenado ao abismo infranqueável da desgraça humana e social. Por isso, defendemos o seguinte: queremos que os senhores do Parlamento abracem a causa do São Francisco e falem e lutem por 19 milhões de ribeirinhos e deste povo indígena que vem sofrendo desde os primórdios com a seca do São Francisco.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado.

Tem a palavra agora o Sr. Almacks Luiz Silva.

**O SR. ALMACKS LUIZ SILVA** - Sr. Presidente da Mesa, cumprimento a todos da Mesa, cumprimento o nosso cacique Hilton Tuxá e todo o Plenário.

Presidente Anivaldo, o ONS, uma entidade de direito privado, vamos dizer assim, uma ONG, criada no período quando foram feitas todas essas privatizações das teles, quando foram feitas as privatizações das empresas estaduais de energia



elétrica, é o operador da energia deste País, uma ONG, que representa seus membros associados, participantes, empresa de geração, transmissão, distribuição, consumidores livres. A maioria dos países do mundo não tem como operador uma ONG, uma entidade de direito privado. Como você vê, como presidente do Comitê do São Francisco, uma ONG, que pode até ter surgido de uma busca de descentralização do poder, principalmente como manda a Lei nº 9.433/97? Poderíamos até entender por aí. Mas se ela usa uma vazão recorrente desde 2001, que tem seus membros associados, participantes e todos, nunca teve essa ONG, chamada ONS, o entendimento de ter também como um dos seus membros o Comitê do São Francisco e dos outros comitês, que têm potencial de geração de energia? É essa a minha pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Bem, a gente vai concluir a rodada de intervenções. Depois a Mesa vai falar sobre as várias questões que foram levantadas.

Com a palavra o Cacique Hilton Tuxá.

**O SR. HILTON TUXÁ** - Boa tarde a todos da Mesa! Meus cumprimentos a todos que compõem a Mesa, na pessoa do Presidente do Comitê da Bacia do São Francisco, Anivaldo. Quero também aproveitar e parabenizá-lo pela excelente apresentação, que traz um retrato da realidade vivenciada no São Francisco.

Quero dizer que, sendo indígena, represento mais de trinta povos indígenas que habitam a Bacia do São Francisco. Também sou Coordenador da CCR do Submédio São Francisco. A sociedade, em sua diversidade, também está sofrendo, está angustiada por presenciar o que nós achamos que é um desastre que está ocorrendo hoje no São Francisco. Nunca vimos o rio tão seco. Nós que estamos ali, na beira do rio — eu tenho 36 anos de idade, nasci e me criei ali, aprendi a nadar engolindo piaba, porque era um dito comum que para ser um bom nadador tinha que engolir os peixinhos que chamamos de piaba —, de certa forma, naturalmente desenvolvemos um sentimento de amor pelo rio.

E é doloroso para nós, hoje, vermos a situação em que se encontra o nosso rio. É lamentável, também, a apresentação desses dados de cunho científico e técnico. O que a gente está vivendo lá é totalmente diferente do que apresentam os gráficos. Mesmo na minha condição de leigo, eu acho que o termo “redução”



significa diminuir. E só diminui o que é escasso, o que é pouco. Como bem foi dito pelo nobre representante da ANA, nós não estamos falando que a água vai acabar. Não é falta de água, é insuficiência de água. A água hoje é insuficiente. Compreendo a necessidade dos companheiros do Piauí, que precisam de água; de alguns empresários, que também precisam da água do São Francisco para semear, ao longo do sertão de Alagoas até o Ceará, projetos de fruticultura, entre outras atividades, no contexto do agronegócio. Mas, antes de qualquer coisa, é preciso analisar, de forma séria e coerente, e com sentimento, se realmente a quantidade de água de que se dispõe hoje é suficiente.

Sabemos que a cada dia aumenta a demanda por se retirar água do Rio São Francisco. Os projetos do Governo demonstram que a demanda cresce a cada dia. Há poucos anos, travou-se uma grande batalha, quase uma guerra civil contra o projeto de transposição, mas estávamos falando de dois eixos: norte e leste. Agora, comenta-se sobre novos eixos: oeste, sul, além dos canais do sertão. A cada dia surge demanda nova para se retirar água do São Francisco. Mas não tem fórmula mágica, não tem pó mágico que multiplique as nascentes, que multiplique as águas dos afluentes. As águas do São Francisco são as mesmas. Mas as demandas são diferentes. A cada dia, elas crescem. E não existe fórmula ainda, mesmo dentro desse contexto tecnológico da engenharia, que possa fazer chover. A chuva é um dos fatores que contribui, e muito, para a sobrevivência do Rio São Francisco. E se observarmos, não tem mais chovido regularmente. Nós da Região Nordeste — eu sou do extremo norte da Bahia, divisa com Pernambuco — estamos sofrendo já o quarto ano de seca.

Eu pergunto aos senhores que representam os órgãos do Governo, e pergunto também aos nobres Parlamentares que estão aqui presentes: V.Exas. acham, acreditam sinceramente que fechar e abrir torneira vai garantir a vida do Velho Chico? Será que falar em reter água e liberar água vai resolver o problema? Em que momento vai se falar de revitalização de verdade no Rio São Francisco e em todo o seu conjunto de afluentes? Porque repassar recursos para os Municípios não é garantir a revitalização de verdade de que o rio precisa. Só assim poderemos um dia sonhar que o São Francisco se tornará um potencial hídrico suficiente para atender as demandas e aos múltiplos interesses do uso da água: para a



sobrevivência, para o agronegócio. E que todos possamos usar o rio e com ele viver sem confusão, sem disputa, sem guerra e sem batalhas.

Então, eu peço encarecidamente aos Srs. Parlamentares que aqui se fazem presentes, em especial aos Parlamentares que estão à frente da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Integração Nacional, que possam discutir de forma mais aprofundada a situação que o Rio São Francisco está vivendo, porque nós que vivemos à beira do rio estamos sofrendo vendo o nosso rio se acabar.

O companheiro do setor energético falou que espera que daqui a 40 anos o Brasil não vá precisar mais da água do São Francisco para gerar energia. Essa possibilidade é real sim, porque, do jeito que está sendo conduzida a gestão do São Francisco, daqui a 40 anos realmente não vai ser necessária mais a água do rio para gerar energia elétrica, porque não vai existir mais água suficiente para fazer girar as turbinas que vão gerar energia elétrica. E é o tempo também em que os diversos parques eólicos já estarão com sua plena produtividade de energia elétrica, o que vai atender ao interesse do setor comercial. E o povo da bacia vai continuar sofrendo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Com a palavra o Sr. Antônio Eustáquio Vieira.

**O SR. ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA** - Boa tarde a todos!

Para o pessoal que não me conhece, sou aqui de Paracatu, noroeste de Minas Gerais, onde temos um rio que é considerado como aquele que mais contribui com o São Francisco.

A gente tem observado que essa questão de mudanças climáticas não tem sido levada em conta pela sociedade, por não ter conhecimento; pelas autoridades, por não terem também comprometimento; e por não ser tradição nossa escutar os cientistas, as universidades, os técnicos que nos alertam a respeito dessas mudanças há vários anos. Então, está aí essa problemática para a gente procurar entender.

Muitas vezes, a gente fala sem ter conhecimento e sem buscar esse conhecimento. Então, eu acho que essa palestra dos dois técnicos foi muito



esclarecedora; e para a gente que procura estudar antes de falar, essas informações foram fundamentais.

Eu queria deixar duas perguntas aqui para o pessoal da ANA a respeito de uma informação verdadeira sobre qual é a vazão média histórica do São Francisco. Quero escutar do órgão de Estado. E também quero outra informação do companheiro que falou, num primeiro momento, logo depois do Anivaldo, a respeito da seguinte hipótese: se a gente abrir todas as comportas das barragens do São Francisco, a quanto chegará a vazão do São Francisco em setembro, na foz?

Na realidade, a gente que é do sertão, observando o que tem acontecido, pensa que não existe água para alimentar o São Francisco. As mudanças climáticas estão levando a gente para um colapso, e o planeta está perdendo a sua capacidade de reação. O fato é esse. É uma questão mais filosófica. Mas nós temos que partir para isso, para o que nos aponta claramente que nós precisamos cuidar da Bacia do São Francisco. Nós precisamos fazer com que o Estado, que tem essa obrigação, leve informações para a sociedade, para que a sociedade, como um todo, absorva essas informações e se comprometa com a gestão da bacia. Não adianta!

Estamos vendo inúmeras nascentes e veredas por toda a Bacia do São Francisco morrendo e não estamos vendo nenhuma nascendo. Por outro lado, a gente não vê ações para contribuir com o planeta, de maneira que o planeta tenha condições de reagir frente ao que está acontecendo no que diz respeito às mudanças climáticas.

Outra questão também que eu acho que temos que levar em conta quando discutimos o tema dos recursos hídricos é que sempre se fala em recursos hídricos mas nunca se fala na biodiversidade como um todo. E não são só os seres humanos que precisam dessa água para a sua sobrevivência. Existem milhares e milhões de outras espécies de seres vivos também, visíveis e invisíveis, que precisam das águas e que também estão passando por essas dificuldades.

O que está acontecendo nas APPs? Quais são os impactos nas APPs? Nós estamos vendo uma perda muito grande de áreas possíveis de produzir alimentos. Por outro lado, nós não temos a água para produzir esses alimentos. E, quando se fala em irrigação, os irrigantes correm risco de não terem também a energia





hidrelétrica para produzir esses alimentos. Então, há um colapso. Nós sentimos que realmente esse colapso está acontecendo, fruto das mudanças climáticas.

E quando a gente fala sobre Pirapora, que foi citada aqui, eu acho que essa é uma questão emblemática. Não tem lógica que uma cidade que há anos e anos captava água em um nível tenha que reduzir a quase metade a água que vertia de Três Marias. Pirapora não vai mais ter essa água.

Há outra questão mais grave ainda. Foi dito aqui que a água está chegando a 80 metros cúbicos por segundo, em Três Marias, e está saindo a 250, e pode sair a 150. Isso nos mostra claramente que a bacia está com problema, e que esse problema é fruto não só da gestão na bacia, mas da questão das mudanças climáticas, porque, por pior que seja a gestão, está chegando a 80 metros cúbicos por segundo. E aquela região de Três Marias, e dali para cima, não tem o uso de água que tem, por exemplo, o Rio Paracatu. A Bacia do Rio Paracatu tem mais de 50 mil hectares de área irrigada. Agora, é só analisar o que está acontecendo com a água que está chegando a Três Marias. Nós achamos que há um problema de gestão.

E, voltando à questão das mudanças climáticas, o que está acontecendo, fruto dessas mudanças, é que está faltando água para alimentar o rio. Por isso eu fiz essa pergunta, no início, sobre a vazão média do São Francisco. Se abrirmos todas as comportas das usinas, em setembro, qual é a água que vai chegar à foz do São Francisco? Vai chegar a 1.100, ou a menos, ou a mais? Pelas informações, vai chegar a bem menos, porque se está chegando a 80 metros cúbicos por segundo em Três Marias, e ela está soltando a 250, então imaginem o que está acontecendo na bacia inteira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado.

Agora, com a palavra o Sr. Antônio Jackson.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, só gostaria que V.Exa. informasse, se possível, se todos vão participar das respostas, se vai ter bloco, e se todos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Não, já estamos praticamente concluindo. Só tem o Antônio e mais uma pessoa, e passaremos a uma rodada.



Encontra-se o Sr. Antônio Jackson? (*Pausa.*) Sim.

**O SR. ANTÔNIO JACKSON** - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

Fico muito feliz de falar nesta Casa, na Comissão de Meio Ambiente, sob a presidência de V.Exa. Acompanho o seu trabalho como ambientalista e o admiro muito.

Trago aqui, Sr. Presidente, uma mensagem do povo barranqueiro do São Francisco, que pede socorro. Esta Casa abandonou o São Francisco desde 1987. E eu explico por que o abandonou. . De 1933 a 1987, nós tivemos aqui uma bancada que defendia com unhas e dentes a vida do São Francisco e do seu povo. Chamava-se Deputado Manoel Novaes. Ele era uma bancada. Ele incluiu, na Constituição de 1946, 1% dos impostos e promoveu a criação da Comissão do Vale do São Francisco.

O que até hoje tem, nessa bacia, de estradas, de hospitais, de escolas, de benfeitorias, tem o dedo do Deputado Manoel Novaes. É lamentável que eu, como barranqueiro, como cidadão brasileiro, tenha que dizer essa verdade. Esta Casa ficou de joelhos perante o projeto de transposição do São Francisco e não auscultou o povo brasileiro.

As três conferências de meio ambiente promovidas no Governo Lula disseram “não” à transposição. E eu não ouvi uma voz nesta Casa que questionasse isso. Três conferências nacionais disseram “não” à transposição. E nesta Casa eu não ouvi uma voz que questionasse essa contradição.

Não estou aqui para discutir a transposição, não. Hoje, diante dos recursos, que eram de 4 bilhões e meio e que já são 9 bilhões, e que talvez cheguem a 20 bilhões, a minha preocupação é se vai ter água para a transposição. No São Francisco não navega navio, mas no canal da transposição dá para navegar navio; na estrutura que estão construindo dá para navegar um navio.

E me assustam essas coisas, como cidadão pagador de impostos. Talvez essas análises que fazemos em relação a essas coisas isoladas nos levem a essa rebeldia cívica que está acontecendo nas ruas, que, de repente, não sabemos nem quem lidera. Isso está deixando confuso até os sindicalistas, que tomam uma decisão, e os associados tomam outra. É como se a gente estivesse perdendo o rumo.



Mas eu quero voltar à questão do São Francisco, Sr. Presidente, primeiro pela alegria de conhecer V.Exa. Como ambientalista, quero convocá-lo — é uma convocação cívica do povo barranqueiro — para que o senhor abrace essa questão do São Francisco aqui na Câmara Federal, já que ninguém da bacia a abraça, os filhos da bacia não a abraçam.

Quantos representantes da bacia temos aqui? Talvez nenhum. Gostaria de saber se tem alguém aqui que represente a Bacia do São Francisco. Faço esta convocação, Deputado, em meu nome, como cidadão. Não sei se os demais concordam, mas faço aqui essa convocação. Quero dizer a V.Exa. que o Deputado Manoel Novaes foi esse grande nome da Bacia do São Francisco, e, com o seu afastamento desta Casa, ficamos praticamente órfãos.

Houve agora um encontro de comitês afluentes em Belo Horizonte, Sr. Presidente. É bom que se diga isso aqui. O quadro do São Francisco é realmente preocupante, porque o São Francisco depende do Rio das Velhas, depende do Paracatu, depende do Urucuia, depende do Rio Grande, depende do Verde, depende do Corrente, do Correntina e de outros rios. E esses rios também estão sofrendo.

Alceu Amoroso Lima, Sr. Presidente, escreveu um dia o seguinte: *“Do Nordeste para Minas corre uma espécie de eixo, uma linha imaginária, que, não por acaso, coincide com o Rio São Francisco. A este eixo o Brasil terá que voltar sempre, se não quiser se esquecer de que é Brasil.”*

Eu deixo estas palavras finais aqui para que esta Casa reflita. E quero passar às mãos de V.Exa. uma camisa e um documentário sobre a descida do Rio Paracatu, convocando V.Exa. para se transformar em uma carranca em defesa do São Francisco, mesmo sem ser filho da Bacia do São Francisco, mas adotado agora por este comitê.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado, Antônio Jackson. Vou lhe responder na sequência.

Agora vai falar a nossa última inscrita, a Sra. Silvia Freedman.

**A SRA. SILVIA FREEDMAN** - Presidente, cumprimento, na pessoa do nosso Presidente do Comitê do São Francisco, todos os presentes à mesa, em especial os



nossos parceiros da gestão de recursos hídricos, colegas e membros do Comitê do São Francisco.

Um breve histórico. Por volta de 2002, na época do Projeto GEF do São Francisco, nós vivemos, também naquele período, um grande problema de disponibilidade hídrica, quando foi lançado o Programa de Revitalização do São Francisco, o PRSF, que, naquela época, a meu ver, foi tido como moeda de troca, ou de defesa, do projeto de transposição do Rio São Francisco. O então Presidente da Agência Nacional de Águas, Dr. Gerson Kellner, depois de muito questionado por todos nós em reuniões do GEF, afirmou-nos que realmente o interesse nacional sobressai ao interesse da bacia hidrográfica.

Quero aqui lembrar que o Comitê do São Francisco — naquela época com volumosos aportes financeiros para a revitalização do São Francisco, invisíveis, a meu ver —, atuando há pouco tempo, com pouca experiência de gestão, em especial de aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, de 2010 para cá, em menos de 4 anos, já aplicou em projetos de recarga hídrica e hidroambientais, nessa bacia hidrográfica, mais de 30 milhões de reais. Em menos de 3 anos! Todos são projetos hidroambientais e de colaboração nesse apoio à disponibilidade de água.

Chamo a atenção desta Casa, do Governo Federal e dos Governos Estaduais. Eu alerto os Srs. Deputados. Por favor, prestem atenção ao sistema! Não é à toa que nós estamos vivendo essa situação hídrica ridícula de falta de planejamento e de gestão neste País, quando se diz que o Estado de Minas Gerais é a caixa d'água do Brasil e o Brasil a caixa d'água do mundo. Infelizmente, o Governo Federal e os Governos Estaduais, na sua maioria os Estaduais — mas o Governo Federal em especial —, promoveram um total enfraquecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e também do Sistema de Meio Ambiente. A SRHU já não existe mais. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para se reunir, é muito difícil. Vários aqui participam dele, sabem que nem quórum se consegue mais. Esvaziamos a pasta federal e a estadual, o Legislativo e o Executivo, totalmente, na área do Sistema de Recursos Hídricos. Deve ser mais ou menos por aí que estamos vivenciando essa situação.



Então, colocadas essas questões, os recursos alocados ou prometidos, mesmo na época do Programa de Revitalização, nós nunca vimos, a não ser a própria obra. Eu quero aqui, então, ao lado do Presidente do Comitê do Entorno da Represa de Três Marias, e sendo Secretária da CCR do Comitê do São Francisco, apresentar um pouco da nossa realidade.

Na montante de Três Marias nós temos inúmeros problemas também, não é só a jusante. Nós estamos vivenciando as alterações e investimentos em obras emergenciais de captação de água para abastecimento humano na maioria das suas cidades.

Além disso, nós temos outros diversos problemas, não só de abastecimento, mas também relativos à questão da indústria, da irrigação, do turismo. E ainda temos, na montante de Três Marias, a questão de Pirapora. Eu estou aqui com todos os processos. O Comitê do São Francisco realizou lá, dia 30 de abril, uma reunião. Eu quero agradecer. O Operador Nacional do Sistema Elétrico foi lá para apresentar as simulações para a população. A CEMIG foi, mas ninguém se dispôs a colaborar com alguma solução, sequer para uma obra emergencial de um Município ou de vários Municípios onde o estado de emergência já foi decretado. .

A situação de Pirapora todos já conhecem, mas a captação da água para irrigação de Pirapora não está sendo feita. Não se consegue captar água para a irrigação de Pirapora. A empresa Cedro Cachoeira fez um investimento gigante e está empregando muitas pessoas lá naquela região, e a água é para o tecido assim como para o algodão. Mas ela está correndo o risco de mudar a sua unidade de lá e causar um problema social gigantesco, sem falar nas demais empresas que estão nessa situação.

Eu vou mencionar os seguintes Municípios: Ibiaí, São Romão, Ponto Chique, São Francisco, onde as balsas não atravessam mais, e Januária. E eu chego ao Projeto Jaíba. Ou seja, os próprios canais de água do Rio São Francisco não têm mais 400 metros cúbicos de vazão para captação e irrigação da produção do Projeto Jaíba. Portanto, o Projeto Jaíba não está funcionando.

Eu pergunto: e agora? Não adianta a gente ficar aqui relatando os problemas, não é, meus caríssimos amigos? Vamos dar as mãos, vamos nos juntar e achar uma solução. E agora? Qual é a proposta de gestão integrada desses grandes projetos



para o São Francisco? Como é que a Agência Nacional de Águas, competente pela garantia do uso múltiplo, pensa em trabalhar a garantia do uso múltiplo na Bacia do São Francisco nessa situação? Que tipo de planejamento frágil é esse do nosso sistema integrado? E a última pergunta — como encaminhamento, eu espero — é: quem vai pagar a conta das obras emergenciais de que nós estamos necessitando em toda a bacia hidrográfica? Na última reunião em que estivemos ninguém se dispôs a colaborar com nada.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Encerramos a parte de perguntas e intervenções no plenário. Eu queria fazer algumas observações.

Infelizmente, eu já cheguei depois de duas das intervenções, porque eu tenho que estar em quatro lugares ao mesmo tempo: nesta Comissão, na Comissão de Relações Exteriores, na Comissão de Segurança Pública e no plenário. O Deputado Arnaldo Jordy sabe como são essas coisas. Então, perdi duas intervenções que certamente foram muito importantes.

Ouvi, um pouco surpreso, a intervenção do representante da ANA. Eu queria dizer ao Antônio o seguinte. Eu não era Deputado quando se deu a discussão da transposição do São Francisco, mas sei, com certeza, de pelo menos um Deputado que se posicionou claramente a esse respeito, sem prejuízo de outros: o contrerrâneo dos senhores, o Deputado Fernando Gabeira. Ele, em inúmeras ocasiões, colocou isso.

Eu tenho, não como Parlamentar, mas como ativista do movimento verde, toda uma história junto ao São Francisco. Fui uma das pessoas que desenvolveu projetos para aquela região do cânion do São Francisco e sempre muito me preocupou a seguinte perspectiva: a situação do São Francisco — não vamos tapar o sol com a peneira —, em virtude das mudanças climáticas, só vai piorar. A vazão de água, com certeza, não vai aumentar, ela vai diminuir. Isso é inevitável. Se à questão climática nós somarmos as agressões de efeito local, o desmatamento de matas ciliares e de áreas de proteção de nascentes, que não foram adequadamente protegidas pelas mudanças que tivemos no Código Florestal, isso se torna mais grave ainda.



Então, não há que se pensar na gestão das águas do São Francisco como mero exercício hidráulico, como muito bem o nosso cacique falou — abrir, fechar e dosar torneiras —, que foi um pouco o que eu senti na colocação do representante da agência reguladora.

Isso tem que ser pensado de uma forma multidisciplinar e multidimensional, porque é basicamente um enorme esforço de reflorestamento em volta das nascentes e à beira dos rios que contribuem para o São Francisco e no próprio São Francisco, e há a questão de, em todos os seu usos, induzir e utilizar equipamentos e promover a reeducação técnica e de consumo no sentido de diminuir o desperdício da água. Sem isso, a situação não só vai piorar, mas vai piorar muito e de maneira vertiginosa, em progressão geométrica, não em progressão aritmética.

Então, eu penso que, quando foi debatida a transposição do Rio São Francisco — foi feita uma porção de cálculos em relação ao que ela representaria e que estaria dentro de uma margem de segurança muito grande —, não se levou em conta suficientemente a tendência apontada pelo aquecimento global e as mudanças climáticas de uma forma geral. De qualquer jeito, nós estamos diante de um fato consumado, e diante desse fato consumado temos que ver o que mais terá que ser feito para fazer frente a essa situação de uma forma muito concreta.

Em primeiro lugar estão estas duas coisas: reflorestar tudo em volta e, de fato, criar uma cultura e uma tecnologia de economia de água em todos os níveis, quer no consumo humano, as nossas torneiras, a forma de usarmos a água, quer na agricultura — a irrigação que nós temos desperdiça horrores de água. Existem formas de irrigar muito mais eficientes. Israel é um exemplo disso.

Na questão do uso para geração de energia elétrica, eu penso que não existe, na verdade, este problema em relação à energia eólica e à solar de não ter a possibilidade de armazenar, desde que sejam exatamente associadas à hidrelétrica.

Se nós temos uma fazenda solar, um parque eólico associado à usina hidrelétrica, a gente pode reter uma quantidade maior de águas, com funcionamento dessas energias alternativas que substituem, pelo menos, a energia gerada e permitem a economia daquela vazão que corresponde à energia que tiverem gerado. Isso evidentemente poupa o potencial hidrelétrico, permite que se poupe mais nos reservatórios.



Então, uma das coisas com que os operadores do sistema deveriam estar preocupados é justamente essa possibilidade de associar as hidrelétricas, fazendo as solares, induzir as populações, as cidades pequenas, médias e grandes em volta, a adotarem a geração distribuída e também, nos lugares onde houver condições de vento favoráveis, construir parques eólicos, fazer uma integração entre a hidroelétrica e essas outras formas de geração de energia. Isso é uma coisa fundamental.

Com relação à expressão de que não existe um interesse de consumo que deva ser predominante, eu acho que o consumo humano é prioritário em qualquer circunstância, embora, evidentemente, o fato de ser consumo humano não justifica desperdício e que não haja um grande investimento em economia de água. Mas, sem dúvida nenhuma, o consumo humano é prioritário.

Temos já a agricultura. Como eu já falei, existe uma imensidão a ser economizada de água numa irrigação tecnicamente avançada, bem pensada, com uma tecnologia boa. Na questão do uso para geração de energia elétrica, nós temos essas questões que eu já coloquei e não vou repeti-las.

Eu penso que é uma situação muito, muito, muito grave a do Rio São Francisco. Nós temos várias coisas que podem ser feitas. Algumas eu falei, outras, eventualmente, eu não sei, não sou especialista no assunto. Não vejo essas coisas sendo feitas, não vejo essa preocupação. Vi, por exemplo, com certa preocupação o discurso da agência reguladora — talvez não o tenha visto na sua totalidade —, porque penso que ela tem que ter uma visão abrangente, ela tem que ter aquela visão ampla, e não aquela coisa meramente da gestão hidráulica, no sentido mais estreito da ideia.

Eram essas as provocações que eu tinha a fazer.

Passo a Presidência da Mesa para o Presidente desta Comissão, Deputado Arnaldo Jordy.

Muito obrigado pela atenção de vocês. *(Palmas.)*

*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Alfredo Sirkis, V.Exa. que acaba de ser eleito aqui por todos, democraticamente, o legítimo representante da defesa dos múltiplos usos da Bacia do São Francisco.





Bom, nós vamos passar agora às considerações finais dos nossos convidados, e, ao final, há algumas sugestões de encaminhamento.

Deputado Sirkis, eu queria só antecipar, então, antes da saída de V.Exa., Deputado Assis Carvalho também, uma das ideias aqui. Nós não temos mais condições de criar uma subcomissão — essa era a ideia original que eu já havia conversado aqui com algumas pessoas —, porque nós já temos três subcomissões instaladas aqui, e o Regimento nos impede de alterá-las. Mas talvez a ideia fosse criar um grupo de trabalho que pudesse se ater um pouco mais a essa questão, não apenas à questão do São Francisco — claro que sim, até porque a motivação é essa —, mas também sobre a questão do sistema de recursos hídricos, porque até talvez tenha alguma coisa na legislação que precisássemos alterar.

Esse já é um debate que está em curso aqui na Comissão de Meio Ambiente, e eu diria que no Plenário como um todo. Eu queria só, antes que V.Exa. saísse, que V.Exa. pudesse integrá-lo, diante dos apelos que aqui já foram feitos nesse sentido. Eu agradeço a presença de V.Exa.

Eu passo a palavra, então, pela ordem, ao Sr. Anivaldo de Miranda, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

**O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO** - Eu gostaria, em primeiro lugar, de responder algumas das demandas e, depois, fazer minhas considerações finais.

Em primeiro lugar, a respeito de transposições...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Anivaldo, só um minutinho. O meu papel aqui, dentre outros, é ser um pouco chato, às vezes.

Enfim, como o Deputado Sirkis alertou, nós já estamos na Ordem do Dia, começou o trabalho no plenário, e, pelo Regimento, quando isso acontece, todos os trabalhos de Comissões devem ser imediatamente sobrestados, suspensos. Então, nós estamos aqui quase que na clandestinidade, está certo? Ainda não exatamente, porque ainda tem uma tolerância.

Mas eu sou obrigado a fazer esse alerta, para que nós possamos ser o mais concisos possível, dentro, evidentemente, das considerações que todos farão aqui nas suas abordagens finais. Era só essa ponderação.

**O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO** - Então, em primeiro lugar, quero saudar essa ideia de criar um grupo de trabalho — acho que essa é a coisa mais



objetiva —, que possa ser composto pelo Comitê, pelo setor elétrico, pela Agência Nacional, junto com integrantes da Comissão de Meio Ambiente, para acompanhamento dessa situação. Eu acho que é importante que o Parlamento esteja, além do Poder Executivo, evidentemente, acompanhando essa situação.

Em segundo lugar, acerca de transposições, há hoje uma cultura da água no mundo de que você, efetivamente, deve procurar resolver os seus problemas de escassez hídrica esgotando todas as possibilidades no local onde você vive ou onde existem mananciais. Você só recorre a transposições, respondendo ao ilustre Deputado representante do Piauí, quando, efetivamente, já não tem outra possibilidade.

O Comitê do São Francisco, em relação à transposição do São Francisco, não tem posição preconcebida nem contra nenhuma forma de energia nem contra a possibilidade de fazer transposições. A grande polêmica que surgiu foi em relação à maneira como esse projeto foi concebido e realizado. E aqui eu não vou voltar a todos os desencontros que marcaram aquela obra, desde a questão do projeto executivo, feito às pressas, a falta de democracia, o estudo de impacto ambiental, que só se debruçou sobre a realidade das bacias receptoras e não das bacias doadoras, enfim, e causou, evidentemente, todo aquele desencontro. Uma obra que era de 4 bilhões já vai para 8 bilhões, e alguns dizem que vai para 12 bilhões.

E há outra coisa: antecipa um grande conflito, porque, embora os termos da outorga digam que a vazão mínima de 26 metros é a que tem que ser praticada, e a máxima só quando nós tivermos anos hidrológicos muito favoráveis, na verdade, as obras complementares estão sendo construídas para 127. Vocês acham que, quando aquilo estiver funcionando, essas condições da outorga serão respeitadas? Não sei. Acho que o poder público está induzindo coisas que, no futuro, vão causar dor de cabeça.

Agora, o Comitê foi favorável, sim, por exemplo, à concepção, rapidamente, do canal leste, porque, em princípio, ele era favorável a transposições que atendam ao uso para abastecimento humano e dessedentação animal. O problema é que aquela transposição, na propaganda, aparece como isso, mas, na prática, ela tem outro objetivo que não, efetivamente, atender às prioridades do abastecimento humano.



Entretanto, em relação a essa nova ideia de uma transposição de Sobradinho para o Estado do Piauí, isso deve ser acompanhado dessa vez, espero, com bastante responsabilidade. Primeiro, é preciso fazer o balanço hídrico no Estado do Piauí. É evidente que é um dos Estados mais privilegiados no contexto nordestino em termos de recursos hídricos. Desde que o assunto seja, realmente, discutido de forma democrática, com responsabilidade técnica, no contexto de tudo que nós estamos discutindo, não há nenhuma posição preconcebida.

É claro que transposições sempre vão causar muito debate, até em função desse cenário que nós temos na bacia. Está aí Sobradinho numa crise permanente. E isso tem que entrar naquela cesta de projetos que estão ali, porque o grande problema é você efetivamente fazer aquilo que eu digo. Primeiro, você faz o pacto das águas, você faz a revisão de todo esse sistema de outorgas, você efetivamente faz o contraponto da real disponibilidade com a questão dos novos tempos de extremos climáticos, para depois pensar em outros projetos.

Quanto à questão do Operador Nacional do Sistema, voltamos a dizer que, num Estado de economia de mercado, capitalista, evidentemente, o papel do Estado é realmente regular as relações do mercado, da economia.

Então, o fato de o Operador Nacional do Sistema ter qualquer natureza como instituição não é o principal. O principal é que ele se atenha ao cumprimento da lei. Essa é a questão principal. E, aí, realmente, o alvo não é o Operador Nacional do Sistema. O alvo é o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. Esse, sim, deveria ter participação no Fórum Nacional de Comitês de Bacias, porque é lá que se tomam as decisões que afetam a todos. E o Comitê deve reivindicar a sua participação.

Finalmente, a questão do esvaziamento do Sistema de Meio Ambiente e Recursos Hídricos é, de fato, uma realidade. Eu vou só citar o último exemplo para terminar: há 3 ou 4 semanas, nós fomos convidados para ir ao Vietnã, através de um convite do Governo daquele País, para participar de uma conferência sobre o delta do Rio Mekong. Trata-se de uma bacia transfronteiriça que envolve a China, a Tailândia, a Birmânia, Laos, Camboja, etc. Nós fomos para apresentar nossa experiência, e havia apresentações sobre outras bacias, do Ganges, do Nilo, etc.

Quero dizer, entretanto, que um dia depois da conferência houve uma reunião de cúpula. Para discutir as questões do Rio Mekong, que praticamente é o dobro do



Rio São Francisco, estavam lá os quatro Primeiros-Ministros do Vietnã, do Laos, do Camboja e da Tailândia, dois representantes plenipotenciários da China, além de embaixadores de vários países europeus e agências de desenvolvimento. O contraponto que quero fazer aqui é que lá uma única bacia merece esse tratamento por uma questão de Estado.

Evidentemente, essa situação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, como a nossa querida Silvia Freedman acentuou, dá bem o retrato de como nós ainda estamos estacionados no século XX. É preciso dizer ao poder público que nós já chegamos ao século XXI. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Anivaldo.

Passamos a palavra agora ao Sr. Saulo Cisneiros para as suas considerações.

**O SR. SAULO JOSÉ NASCIMENTO CISNEIROS** - Em primeiro lugar, quero dizer que estou extremamente gratificado de participar de uma sessão desta, porque acho que é dos contraditórios que a gente cresce nas ideias, nas opiniões e nas decisões.

Eu vou começar logo fazendo colocações aos Srs. Deputados, primeiramente ao Deputado Assis Carvalho. Eu sou totalmente a favor das transposições entre bacias. Agora, como o senhor viu aqui, isso não é comum neste ambiente, mas acho que o projeto de transposição do São Francisco, como nordestino que sou, é extraordinário. Pela sua dimensão tão grande, talvez ele tivesse que ser realizado por etapas. Eu acho que isso só não ocorreu porque os Estados que ficam mais distantes talvez não aceitassem começar logo pelos Estados da borda. Eu imagino isso, mas não participei das decisões. Daí a decisão de implantá-lo como um todo. Eu acho que, daqui a alguns anos, nós estaremos elogiando essa transposição, até porque, como nós dissemos no início, a água é um bem essencial e deve ser comum a todos.

O Deputado Alfredo Sirkis fala sobre a eficiência no uso da água. Eu acho que temos de tratar disso em tudo. Nós temos 2 bilhões de pessoas famintas no mundo, e perdemos, da produção, da colheita aos nossos pratos, 30% do que se produz. Então, eu sou a favor de tudo que se possa dar eficiência, a começar por alimentos.



Sobre a questão da integração eólica, solar e hidrelétrica — refiro-me à hidrelétrica com reservatórios, porque a sem reservatórios é concorrente da eólica e da solar, ambas disputam, não tem como armazenar —, eu coloco à disposição, por favor, Deputado Arnaldo Jordy, o operador, os trabalhos que temos sobre essa questão da integração hidráulica com reservatórios de energia eólica e solar.

O Sr. Luiz Dourado colocou aqui que o ONS, Operador Nacional do Sistema, impôs vazões. Nós não impomos, há fóruns para decidir sobre essas questões. Agora, a gente tem que ter seriedade no trabalho e, quando vemos as coisas, colocá-las. Competem as decisões aos fóruns e aos órgãos competentes.

Sr. Almacks, nós temos a disposição de fazer parte do Comitê, inclusive participamos de todas as reuniões. Não foi, Dr. Anivaldo? Sempre vai lá o Giovanni, que é o nosso especialista, gerente dessa área, e nós participamos. Você fala que o ONS é a única entidade privada no mundo que é operador. Não! O mundo todo está cheio de entidades operadoras públicas ou privadas. Eu acho que a maior parte dos países do mundo tem hoje operadores de sistemas elétricos públicos ou privados, dependendo da organização de cada modelo. Quero dizer que esse modelo que corroborou o operador já foi tomado. Foi um modelo do Governo anterior, mas depois já foi corroborada essa modelagem dentro do trabalho que se fez em 2004.

O Cacique Hilton coloca que nunca viu o rio tão seco. Bem, os dados estão mostrados aí. Todos nós sairemos perdendo se não tomarmos algumas decisões drásticas. Alguém perguntou: “*Se abrissem todas as comportas, para quanto iria o nível do rio?*” Depende do gosto que se queira, porque pode o reservatório secar, ir para 10, para 20, para 15. Aí é o gosto que a gente queira. Refiro-me tanto a Três Marias quanto a Sobradinho. Se a gente armazenou essa água no reservatório de Sobradinho, foi diante da certeza de deplecionamento de Tucuruí. Isso é uma certeza, em face de todo o seu histórico. Imaginamos também que o Sudeste não está bem, que iria se compor, mas o Nordeste não poderia receber aquele intercâmbio. A gente guardou esse pulmão para isso. Às vezes, a gente tem que tomar decisões duras num dado momento para prover noutros.

Deputado Jordy, foi uma honra realmente participar — creia mesmo, com toda certeza — deste fórum de debates sob a sua liderança. Eu, com certeza, saio mais enriquecido como cidadão.



Era isso o que eu gostaria de dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Saulo.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, V.Exa. poderia me dar 1 minuto antes da próxima fala? Eu gostaria de uma informação rápida da ANA — Agência Nacional de Águas. Pode ser?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Quero só agradecer ao nosso convidado Dr. Saulo pelas considerações. Claro, passo agora a palavra a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Eu prometo ser muito rápido, porque sei que já teve início a Ordem do Dia.

Todos nós estamos de acordo com esses debates feitos. Não pode haver um cidadão que seja contra revitalizar os nossos rios. Primeiro, isso não pode confrontar com a integração de bacias, porque parece que é uma coisa contra a outra.

A segunda questão é que a integração das energias eólica e solar com a hidrelétrica é o normal, é o sonho. Há que se fazer. Não se pode ser competitivo, mas integrado.

Faço uma interrogação ao produtor Joaquim. Eu não tenho esses dados, mas, sobre a questão da integração — eu prefiro chamar integração a transposição, porque eu acho que ligar uma bacia a outra é proteger os próprios rios —, quanto por cento se está tirando do São Francisco e quanto por cento o São Francisco perde quando a água é jogada mar adentro, porque eu não sei se o mar precisa dessa água. Talvez a engenharia tenha de pensar numa alternativa. Essa água que poderia salvar a fronteira seca do Piauí não poderia salvar vidas, em vez de entrar mar adentro? A engenharia deve ter uma resposta para isso.

Então, eu acho que nós temos que nos irmanar e não ficar um contra o outro, porque eu tenho certeza de que existe uma alternativa de engenharia. Eu queria saber se há esses dados: quanto se perde de água de mar adentro, comparando com a água que se tira hoje, segundo o que já está programado. Não estou falando dos eixos que não estão programados. Estou falando desses que já estão programados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu passo a palavra agora ao Sr. Joaquim Gondim Filho para fazer as suas considerações.



**O SR. JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO** - Um debate como este sempre traz questões importantes que são absorvidas pelos órgãos e as entidades que administram recursos públicos ou recursos naturais.

Quando, por exemplo, o Deputado Sirkis se referiu ao que falei de gestão, de obras, é porque na agenda que foi colocada para a ANA esse foi o pedido feito. A Agência tem um outro leque de ações que são importantes e que merecem reflexões.

Existe na agência, por exemplo, o Programa Produtor de Água, que hoje é uma realidade em muitos locais do Brasil e que visa preservar as nascentes. Você paga para produtores, para que eles conservem suas propriedades, não tendo que explorar áreas inadequadas. A Agência, desde o primeiro momento, encampou esse programa e o vem difundindo. Eu acho que é uma coisa importante na questão do aumento de vazão, questão tão falada pelo Deputado. Nós não podemos somente discutir a água que existe, mas como reverter o processo de degradação e contribuir para a melhoria da oferta hídrica, não somente regular a questão da demanda ou da gestão hidráulica de reservatórios.

Eu corroboro o que disse o senhor: que tenhamos uma visão mais múltipla do problema socioambiental. A Agência se coloca à disposição para apresentar esse Programa Produtor de Água, que ela considera um programa aderente à realidade da bacia do São Francisco.

Questões aqui foram levantadas de maneira apropriada. Qual a vazão? Qual o número? Qual a matemática? Eu diria duas coisas. O mundo, hoje, com a questão das variabilidades climáticas, com as transformações provocadas inclusive por essas mudanças climáticas, vai ter um fato importante no futuro. Os extremos vão predominar em termos de aumento. O que significa isso? Mesmo nas bacias que vão manter a sua média, as variabilidades entre anos secos e chuvosos tendem a se acentuar. Essa é a grande questão. Algumas vão perder vazão e outras até vão ganhar. Existem modelos que dizem que algumas regiões e rios, como o Paraná e outros, vão até ter algum acréscimo de vazão, mas o principal problema está na variabilidade. Esse é que vai ser o ponto de inflexão. Como nós vamos nos adaptar a ter anos com muita chuva numa sequência e anos de pouca chuva. Isso que é a variabilidade climática provocada, em muitos casos, por esse efeito de mais longo



prazo na nossa região, com certeza. O número médio vai ter uma importância, mas mais importante vai ser a questão dos extremos.

Só para dar um número, existem meses na Bacia do São Francisco em que a vazão já chegou a 15 mil metros cúbicos por segundo e existem meses, no histórico, em que a vazão já chegou a 506 metros cúbicos por segundo. Então, você vê que o nosso rio já teve uma variação de vazão de 15 mil a 500 metros cúbicos por segundo. São números que vão nos preocupar no futuro na questão de como bem gerir as bacias.

A Agência tem essa visão de que a bacia tem que ser vista no seu conjunto, na sua diversidade. Ela contribuiu muito na elaboração do primeiro plano da bacia e foi uma espécie de escritório que ajudou na montagem daquele plano, contribuindo para a bacia. É claro que, passados 10 anos, está na época da sua revisão e incorporação de todas essas questões que aqui foram levantadas. Devemos ter um capítulo específico sobre revitalização, colocando essa questão dentro de uma conotação mais ampla, como a recuperação ambiental da bacia. Nós temos que analisar essa questão importante da operação dos seus sistemas e todas as outras questões. Eu tenho consciência de que a Agência pode contribuir com o Comitê e com as entidades da bacia na revisão do seu plano.

Aqui coloco a Agência, como sempre, à disposição para essa discussão.

Quero agradecer a todos e a todas aqui presentes. Não poderia deixar de colocar as palavras da representante das Três Marias, que questiona o papel. Eu acho que com este novo momento de seca que o Brasil está vivendo, os recursos hídricos vão ser tratados de maneira diferente. Isso entrou nas agendas. Hoje a seca entrou até em debates, mas fora do ambiente técnico, para dizer: *“Você é responsável pelo seu planejamento. Você não planejou bem. Você planejou.”* Então, esses debates sobre água com certeza entraram no debate político.

Cidades estão sofrendo com a questão do abastecimento. Isso vai se intensificar. Eu acho, ao contrário, que o setor tem um ponto de inflexão nessa seca, porque mais e mais pessoas vão entender que água se planeja num longo prazo. Não tem planejamento de recursos hídricos que possa ser feito pensando em curto prazo. Em planejamento de recursos hídricos, as obras são mais lentas, as construções e concepções são difíceis e elas levam tempo de maturação.





A agenda de recursos hídricos entrou numa nova fase, e acredito que todos nós vamos participar dela.

Muito obrigado.

*(Pausa.)*

**O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO** - Antes de encerrar, eu só estou anunciando que aqui nós estamos distribuindo relatório técnico da campanha de avaliação das mudanças socioambientais decorrentes da regularização da evasão e do Baixo do Rio São Francisco.

Nós juntamos uma dezena de pesquisadores de universidades da Bacia do São Francisco. Eles fizeram uma expedição de 10 dias no Baixo São Francisco e produziram esse relatório que estou entregando aqui para o representante da Agência Nacional de Aguas, outro para o Dr. Saulo. Um deles eu já entreguei aqui ao Deputado Arnaldo Jordy, ao tempo em que agradeço todo o esforço que fez para viabilizar este evento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Antes de encerrar, queria deixar a sugestão para que nós possamos criar esse grupo de trabalho, no ambiente da Comissão, impossibilitado de criar uma Subcomissão, como é de praxe nesta Casa, para temas relevantes como esse.

Acho que não só a questão da Bacia do São Francisco, que foi o objeto de hoje, mas não são diferentes dos problemas estruturais que estão ocorrendo com as especificidades de outras realidades, que envolvem o sistema nacional e os estaduais de recursos hídricos como um todo.

Eu acho que é merecedor a gente criar, aqui, um grupo de trabalho específico, no ambiente em que se possa discutir o monitoramento dessas especificidades que estão ocorrendo e que foram palco do debate, mas que também estão conectadas a outras situações que estão vivendo em relação a outras bacias hidrográficas no Brasil. Com relação ao conjunto desse desenho, que independente do enfoque de cada um, sem dúvida alguma, é merecedor, cada vez mais, de uma atenção especial, por conta de todos os fenômenos endógenos produzidos em cada uma dessas bacias, mas também fatores que estão alheios à própria circunstância de dominação de controle e de monitoramento local, digamos assim.



Então, fica essa sugestão. Tem aqui o nome do Deputado Assis Carvalho, que já se disponibilizou, do Deputado Alfredo Sirkis. Eu mesmo vou participar e vamos consultar outros Deputados que tenham interesse de integrar esse grupo de trabalho e também as nossas representações aqui, das entidades que participaram deste debate.

A outra hipótese que também se discutiu foi sobre a possibilidade de nós fazermos uma mesa redonda, talvez, num dos Estados em que este debate esteja um pouco mais aquecido, no sentido de também dar oportunidade de ouvir as populações e os agentes locais. A gente sabe que os debates aqui, em Brasília, têm dificuldade de toda ordem, de mobilidade, de chegar até aqui. E muitas vezes se previne a oportunidade de uma participação mais efetiva. Então, fica o registro dessa possibilidade. Depois a gente vê qual a agenda mais adequada para realizar esse momento.

No mais, agradeço a presença de todos, aqui, em especial os representantes e os nossos convidados aqui presentes.

Antes, porém, queria facultar aqui uma observação. O Dr. Saulo queria fazer uma ponderação. Pois não, Dr. Saulo. *(Pausa.)*

**O SR. SAULO JOSÉ NASCIMENTO CISNEIROS-** *(Inaudível)* Operador e também o meu nome pessoal, mas sobretudo o nome do operador. Nós temos um trabalho interessante que está sendo desenvolvido e aperfeiçoado sobre essa questão de integração hidro, eólica e solar.

Eu vi que S.Exa. é interessado pelo tema e nós, em nome da nossa organização, ficamos à disposição para contribuir com o seu trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito, antes de encerrar os trabalhos, queria colocar em votação a ata da presente reunião.

Consulto os Srs. Deputados e Sras. Deputadas sobre se podemos considerar aprovada a ata da presente reunião, tendo em vista que essa mesma reunião foi integralmente gravada, transmitida inclusive pela Internet, provavelmente será objeto da programação da *TV Câmara*.

Evidentemente, todos os documentos e apresentações feitas aqui, nesta sessão, estão integralizadas à ata desta audiência pública.



Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estão de acordo com a aprovação da ata mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Nós damos por encerrada, portanto, a reunião, agradecendo mais uma vez a presença de todos e desejando um resto de semana muito produtivo a todos os presentes.

Obrigado.